

338.2
MUE
TES

Eco - 128

Sector Informal em Moçambique

Estimativas Básicas e Metodologia de Medição nas
Contas Nacionais

Amélia Muendane

Novembro 2000

Trabalho de Licenciatura em Economia
Faculdade de Economia
Universidade Eduardo Mondlane

D. E. M. - ECONOMIA	
R. E.	27718
DATA	27/08/01
AQUISIÇÃO	oferta
COTA	

Declaração do Autor



Declaro que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para um grau académico numa instituição educacional.

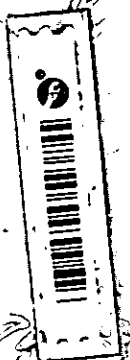
Amélia Tomás Taime Muendane Naxhane

Amélia Tomás Taime Muendane

Aprovação do Júri

Este trabalho foi aprovado no dia 07 de Dezembro de 2000 por nós, membros do júri examinador da universidade Eduardo Mondlane

[Signature]
Brace
[Signature]



Dedicatória

Para tí Milton, meu filho amado, dedico este trabalho.

Índice Geral

	Página
Dedicatória	ii
Índice Geral	iii
Índice de Quadros	v
Índice de Tabelas	vi
Índice de Gráficos	vii
Agradecimentos	viii
Sumário	ix
1. INTRODUÇÃO	
1.1 Introdução	1
1.2 Razões da Selecção do Tema	1
1.3 Objectivos do Estudo	3
1.4 Metodologia de Pesquisa	4
1.5 Estrutura do Trabalho	8
2. REVISÃO DE LITERATURA	9
2.1 Introdução	9
2.2 Sector Informal: definições	10
2.3 Caracterização do Sector Informal	14
2.4 Revisão de Literatura	15
2.5 Sector informal em Moçambique	17
2.5.1 Ambiente Sócio-Económico Geral	17
2.5.2 Evolução Histórica	18
Aspectos Relevantes da Revisão de Literatura	20

1.6 REVISÃO DE PROPOSTAS METODOLÓGICAS DE MEDIÇÃO DA ECONOMIA INFORMAL NO ESQUEMA DAS CONTAS NACIONAIS	22
3.1 Introdução	22
3.2 Sistema de Contas Nacionais	22
3.3 Marco de Compilação das Contas Nacionais	23
3.4 Estrutura Contável	23
3.4.1 Quadro Económico Integrado	23
3.4.2 Contas dos Sectores Institucionais	24
3.4.3 Quadros de Recursos e Empregos	24
3.5 Contas do Sistema	25
3.6 Sistema de Contas Nacionais: Nomenclatura de Contas do SCN	25
3.7 Classificações	26
3.8 O Sector Informal nas Contas Nacionais	27
3.9 Experiência de Moçambique no Cálculo das Contas Nacionais	30
3.10 Experiência de Portugal na Avaliação da Economia Informal	33
3.11 Aspectos Relevantes da Revisão das Propostas Metodológicas	35
3. MEDIÇÃO DO SECTOR INFORMAL	
4.1 Introdução	37
4.2 Fontes de Informação de Base	37
4.2.1 Fontes Usadas no Presente Estudo	39
4.2.2 Conteúdo dos Dados das Unidades Observadas	41
4.3 Observação Estatística	44
4.4 Abordagem Analítica Segundo SCN93	46
4.4.1 Métodos de Cálculo do Sector Informal segundo o SCN	48
4.5 Aspectos Relevantes do Processo de Medição do Sector Informal	49
4. ESTIMATIVAS DA CONTRIBUIÇÃO DO SECTOR INFORMAL NO PIB USANDO O IAF E O IDN	51
5.1 Introdução	51
5.2 Ficheiro Central de Empresas	51

5.3 Estimativas do Sector informal com Base no IDN e IAF91	53
5.3.1 Contribuição do Sector Informal no Emprego	53
5.3.2 Contribuição do Sector Informal na Produção	57
5.3.3 Estimativa do Valor Acrescentado por Sector	59
5.4 Estimativas do Sector Informal com Base no IAF	62
5.4.1 Contribuição do Sector Informal no Emprego	62
5.4.2 Contribuição do Sector Informal na Produção	64
5.4.3 Estimativa do Valor Acrescentado Sector	66
5.4 Aspectos Relevantes das Estimativas do Sector Informal	69
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	72
6.1 Introdução	72
6.2 Conclusões	73
6.3 Conclusões	73
6.4 Recomendações	75
ANEXOS	77

Índice de Quadros

Quadro 1 Nomenclatura dos Agentes Económicos no Esquema de Compilação das Contas Nacionais de Moçambique	6
Quadro 2 Aspectos Determinantes da Delimitação do Sector Informal	12
Quadro 3 Critérios de Definição do Sector Informal	13
Quadro 4 Contas do Sector Famílias segundo o SCN	30
Quadro 5 Relação entre Tipos de ocupações e as Actividades Informais	43
Quadro 6 Fases de Observação do Sector Informal	45

Índice de Tabelas

Tabela 1 Resultados do Inquérito ao Emprego não Oficial em Portugal	34
Tabela 2 Ficheiro Central de Empresas 1996	52
Tabela 3 Distribuição da População por Sector e Categoria de Ocupação , 1991	53
Tabela 3 Distribuição % da População Agro-pacuária, por Sector e Categoria de Ocupação, 1991	53
Tabela 4 Distribuição da População não Agro-pecuária, por Actividade e Categoria de Ocupação, 1991	55
Tabela 5 Distribuição da População não Agro-pecuária, por Actividade e Categoria de Ocupação, 1991	56
Tabela 6 Distribuição do Valor Acrescentado, por Sector, 1991	60
Tabela 7 Distribuição do Valor Acrescentado por ramos de Actividade, 1991	61
Tabela 8 Distribuição da População Ocupada por Actividade e Categoria de Ocupação, 1996	62
Tabela 9 Distribuição Total da População Ocupada por Categoria de Ocupação, 1996	63
Tabela 10 Distribuição % da População não Agro-Pecuária Familiar por ramos e por Categoria de Ocupação, 1996	64
Tabela 11 Distribuição % da Produção não Agro-Pecuária, Empresarial e Familiar, 1996	66
Tabela 12 Distribuição % do Valor Acrescentado, 1996	67
Tabela 13 Distribuição Sectorial do Valor Acrescentado, 1996	67
Tabela 14 Distribuição % do Valor Acrescentado, não Agropecuário, por Sector, 1996	68
Tabela 15 Contribuição do Sector Familiar não Agropecuário sobre o Total do País	70

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Distribuição % da População por Sector e Categoria de Ocupação, 1991	54
Gráfico 2 Distribuição da Produção Empresarial e Familiar, por Sector, 1991	58
Gráfico 3 Estrutura % da Produção por Sector, em Relação ao Total do País, 1991	59
Gráfico 4 Estrutura % do Valor Acrescentado, 1991	60
Gráfico 5 Distribuição da Produção Empresarial e Familiar, 1991	64
Gráfico 6 Estrutura % da Produção por Sector, 1996	65

ABREVIATURAS

SCN93- Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas, Versão de 1993

IAF- Inquérito aos Agregados Familiares

RGPH- Recenseamento Geral da População e Habitação

IDN- Inquérito Demográfico Nacional

IFR- Inquérito às Famílias Rurais

IAE - Inquérito Anual às Empresas

PVD'S- Países em Vias de Desenvolvimento

OIT- Organização Internacional do Trabalho

PIB- Produto Interno Bruto

INE- Instituto Nacional de Estatística

CITA- Classificador de Actividades Económicas

VAB- Valor Acrescentado Bruto

CIET- Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho

SCM-M- Sistema de Contas Nacionais de Moçambique

ILO- International Labour Office

Agradecimentos

Aos meus pais por todo o esforço feito para que este dia fosse real, o meu muito obrigada.

Uma especial vénia para o meu marido por me ter encorajado a avançar, mesmos nos momentos mais difíceis.

Agradeço também ao Dr Lazo Perito em Contas Nacionais por todo o esforço no acompanhamento e aperfeiçoamento do trabalho.

O agradecimento é extensivo ao Dr Leonardo Ditta e a todos os que directa ou indirectamente contribuíram para que este trabalho fosse efectuado.

Sumário

A abordagem do sector informal coloca problemas cuja complexidade se multiplica ao longo dos tempos. O seu desenvolvimento histórico relaciona-se a vários factores socio-políticos, socio-económicos e culturais. Embora não se tenha um claro entendimento da dimensão do sector informal, é unanime que constitui uma importante parte da economia.

Em Moçambique não existe um critério harmonizado de medição do sector informal, daí a necessidade de desenvolvimento sistemático de estudos, pesquisas, investigação e estabelecimento de metodologias adequadas que sustentem análises contínuas no tempo.

Este estudo apresenta uma proposta de metodologia para a medição do sector informal com recurso ao Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas '93 (SCN). Usando as recomendações do SCN, o objectivo foi de apresentar uma definição operativa de sector informal, estimar a sua contribuição económica na produção e no valor acrescentado do país. Foi também estimada a contribuição deste sector no emprego. Para o efeito assumiu-se que o sector informal é parte da produção familiar não agro-pecuária. Para as estimativas foram usados dados dos IAF (1991 e 1996), IDN (1991) e do Ficheiro Central de Empresas.

Os resultados obtidos do IAF96 mostram que a informalidade pode ter um peso não superior 29%, do PIB. Considerou-se para o efeito o valor acrescentado da produção familiar não agropecuário. Este é o limite máximo que a economia informal pode alcançar, considerando os pressupostos deste modelo. Outros indicadores, relativos ao mesmo período, como emprego e produção indicam que a mão-de-obra incluindo trabalhadores por conta própria e familiares não remunerados perfizeram cerca de 7.8% do pessoal ocupado no sector familiar não agropecuário. E que a produção familiar do sector não agropecuário, em relação a produção total do país foi de 35.7.

Este trabalho corresponde a uma primeira aproximação e as estimativas apresentadas preliminares. Um estudo mais cuidadoso exige a introdução de inquéritos específicos.

I

INTRODUÇÃO

1.1 Introdução

Neste capítulo introdutório far-se-á a apresentação do tema e das causas que levaram a sua escolha. Serão também vistos os objectivos da pesquisa e a metodologia de organização do trabalho.

Entre as razões que sugeriram a escolha deste tema constam as de origem conjuntural como as que se encaixam no cômputo das características dos PVD's, grupo do qual Moçambique pertence. Onde se observa a ausência de métodos consolidados para o enquadramento da economia informal na medição de variáveis macro-económicas agregadas.

A parte metodológica limita-se a descrever de forma resumida os passos seguidos na pesquisa, os recursos utilizados, e os pressupostos assumidos para a elaboração e análise de dados.

1.2 Razões da Selecção do Tema

O Sector Informal é um fenómeno socio-económico característico dos PVD's, mas não só. Ocorrem também casos de informalidade nos países industrializados, embora com um peso menor. A dimensão do sector informal e a ausência de um critério único de avaliação para medir o seu peso, nas estimativas de variáveis macro-económicas, constituem problemas conceptuais e metodológicos que devem ser resolvidos em função das características particulares de cada país.

O sector informal é muito complexo e tem como características principais não obedecer às regras estabelecidas e estar à margem das estatísticas oficiais.

① O comportamento dos governos perante este fenómeno varia de país para país, uns reprimem o sector informal, outros, não o reprimem, e há aqueles que o incentivam, em particular nos PVD's. Nestes países, todavia, este sector tem um peso bastante significativo, razão pela qual medir a sua contribuição na economia é indispensável.

A selecção deste tema resulta em parte do facto de Moçambique apresentar um cenário semelhante ao dos outros PVD's, em que a economia informal tem uma relevância muito grande, senão vejamos:

- Em Moçambique, é comumente aceite que, o sector informal tem uma difusão, tamanho e relevância particular, facto que motiva o governo e outros agentes económicos a preocuparem-se com o conhecimento exacto da sua dimensão e do seu peso na economia;
- ainda não existe, no país, um estudo do contributo do sector informal no alívio ao desemprego;
- conceptualmente não existe uma definição clara e compartilhada pelas várias instituições do que é o sector informal.

Pretende-se, com este trabalho, estimar o peso do sector informal no PIB, usando dados sobre a produção e consumo contidos no IAF, IDN e em outros inquéritos complementares. As estimativas serão feitas à luz dos conceitos e recomendações do SCN de Moçambique que constitui o ajustamento feito ao SCN das Nações Unidas.

Depois de ser delimitado um esquema metodológico geral será possível estimar o sector informal, com a combinação de dados obtidos de inquéritos demográficos, inquéritos sobre receitas e despesas das famílias e registos administrativos. Contudo, os resultados deste trabalho deverão ser tomados, com certo cuidado, considerando que:

1. Os dados disponíveis para a elaboração das contas nacionais não foram processados com o objectivo de medir a actividade informal,
2. os dados do Inquérito aos Agregados Familiares (IAF) de 1996 utilizados para o trabalho, estavam em fase de apuramento e validação o que significa que existe a possibilidade de haver uma margem de erro na informação utilizada;

3. os dados sobre o Inquérito Demográfico Nacional (IDN) apresentam uma informação económica bastante limitada, embora tenham representado uma ajuda válida para as estimativas estruturais da produção e da população;
4. o cadastro nacional de empresas apresenta limitações de cobertura, pois está orientado, principalmente, para identificar as maiores unidades produtivas: e
5. o sistema estatístico do país ainda é bastante fraco. Faltam dados estruturais importantes como: Recenseamento Agropecuário, Recenseamento Económico (Recenseamento às Empresas), Recenseamento ao Emprego.

Neste trabalho será salientada a importância de inquéritos especialmente orientados para a recolha de dados sobre a actividade informal, tais como inquéritos sobre receitas e despesas às famílias (inquéritos macro-estatísticos) e inquéritos aos estabelecimentos informais (inquéritos específicos), para obter informação a partir da qual é possível realizar estudos coerentes e mais precisos sobre a estrutura e a evolução do sector informal. Os inquéritos macro-estatísticos realizados em Moçambique, serão utilizados para estimar o peso do sector informal no PIB; enfim, por não terem sido ainda desenvolvidos inquéritos aos estabelecimentos informais o trabalho procurará apenas dar recomendações práticas considerando a metodologia de observação e o processo de enquadramento no SCN.

1.3 Objectivos do Estudo

É unanime que a dimensão e importância do sector informal na economia moçambicana tem vindo a crescer nos últimos anos. A título de exemplo, Abreu (1994), num estudo que utilizou uma abordagem monetária, apresenta uma avaliação do peso do sector informal na economia, segundo o qual 30% do PIB em 1987 e 48% em 1993 constituiu a economia informal. Por mais indicativos que sejam estas e outras estimativas, todavia não é ainda possível definir com certeza qual é o peso real das actividades informais no PIB, pois, ainda não houve um estudo que permitisse estimar a dimensão do sector informal no seu todo. Não foi possível até agora fazer-se uma pesquisa exaustiva com vista a uma avaliação global, que possa dar conta da actividade informal ampla e multifacetada.

Assim, neste trabalho procura-se-á:

1. Uma definição operativa de sector informal;
2. apresentar estimativas preliminares sobre a contribuição do sector informal no emprego e no PIB de Moçambique, baseados na informação estatística disponível;
3. identificar as dificuldades básicas na medição do sector informal no âmbito das contas nacionais de Moçambique, tendo em conta as actuais fontes de registo estatístico;
4. recomendar procedimentos metodológicos para o enquadramento do sector informal em Moçambique, dentro do esquema de compilação do SCN.

1.4 Metodologia de Pesquisa

Em termos metodológicos, para o cálculo da contribuição do sector informal na economia, foi adoptado o mesmo enfoque do método usado para o cálculo do PIB pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Ou seja, seguida a indicação do Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas, versão de 1993, onde o sector informal é integrado no Sector Institucional das Famílias, como parte das actividades económicas realizadas pelas famílias.

O estudo baseou-se na revisão da literatura, sobre a experiência de Moçambique na elaboração das contas nacionais e na experiência de outros países em pesquisas e estudos sobre o sector informal. Na revisão de literatura metodológica, far-se-á referência ao caso Português para exemplificar como a utilização de inquéritos aos estabelecimentos informais é importante para a determinação do volume de emprego. Mostrar também que é possível captar-se, através de inquéritos direccionados, elementos sobre emprego não declarado, pluriactividades e emprego ocasional, que não é possível obter a partir dos inquéritos económicos correntes.

O trabalho foi desenvolvido por etapas, na fase inicial foi feita a revisão da literatura geral sobre o sector informal, sucessivamente a revisão de literatura metodológica, onde foram consideradas as recomendações do Sistema de Contas Nacionais para o enquadramento do sector informal, incluindo a apresentação das perspectivas de estudos futuros, com ênfase nas políticas do INE. Enfim, na fase relativa a elaboração e análise das tabelas, o trabalho serviu-se das bases de dados do IAF 1991, IAF 1996 e IDN 1991, existentes no INE. Toda a

informação sobre os IDN e IAF foi trabalhada no esquema do SCN, de acordo com o tratamento adoptado pelo INE na elaboração das contas nacionais.

No geral as tabelas foram obtidas a partir da base de dados do IDN e do IAF cuja informação sobre ocupação vem especificada em função do ramo de actividade. O grau de desagregação por natureza de relação contratual permitiu distinguir o que pertence ao sector familiar do que corresponde ao sector privado. Procurou-se apresentar a informação relevante e relacionada com as actividades informais.

Realçar que na recolha de dados das características laborais do IDN foram inquiridos todos os indivíduos de sete anos e mais que estivessem envolvidos no mercado de trabalho, seja por conta própria, por conta de outrem, assalariados ou não assalariados. Assim, são considerados parte da população ocupada todos os indivíduos de idade igual ou superior a sete anos envolvidos em alguma actividade económica.

Dos dados do IAF e do IDN, foi obtida informação agregável, por actividade, para o cálculo da produção total do sector informal, por ramo de actividade. Os dados sobre receitas e despesas foram trabalhados a luz do SCN, o que permitiu estimar o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da produção familiar correspondente a 1991 e 1996, quer para a produção agro-pecuária quer para a produção não agro-pecuária¹.

Para a elaboração das contas nacionais usando o SCN impõe-se a desagregação das contas por sectores institucionais. Apresenta-se no quadro 1 o esquema de compilação das contas nacionais do INE, elaborado de acordo com o esquema de compilação do SCN.

¹ O cálculo foi feito por actividades económicas à um dígito CITA 2, mas para efeitos de apresentação só se apresenta a produção Agrícola e Não Agrícola.

Quadro 1 Nomenclatura dos Agentes Económicos no Esquema de Compilação das Contas Nacionais de Moçambique

S.1 Total da Economia

S.11 Instituições não Financeiras

S.111 Instituições não Financeiras Públicas

S.112 Instituições não Financeiras Privadas

S.119 Instituições não Financeiras sobre o Controle Estrangeiro

S.12 Instituições Financeiras

S.121 Banco Central

S.122 Outras Sociedades de Depósitos

S.123 Outros Intermediários e auxiliares Financeiros

S.125 Sociedades de Seguro

S.13 Administração Pública

S.131 Administração Central

S.132 Fundos de Segurança Social

S.14 Agregados Familiares

S.141 Agregados Familiares Agrícolas

S.142 Agregados Familiares Não Agrícolas

S.15 Instituições Sem Fim de Lucro ao Serviço das Famílias

S.2 Resto do Mundo

Fonte:INE

Esta nomenclatura classifica os agentes económicos segundo a sua função dentro do sistema.

Os agregados familiares são uma categoria institucional que dentro da economia e do SCN, em princípio, têm uma função de consumo e fornecimento da força de trabalho. Os Agregados Familiares têm também uma função produtiva, embora não seja facilmente separável das outras funções. Portanto, não é possível identificar com exactidão, no sector das famílias, as fronteiras entre as actividades da empresa familiar e as actividades individuais do agregado familiar.

A categoria de agregados familiares, com fins de análise, subdivide-se em duas subcategorias: agregados familiares agrícolas e agregados familiares não agrícolas. Esta desagregação foi feita com base na actividade que gera maiores rendimentos para o agregado, isto é, se o agregado obtém mais rendimentos da agricultura, então este pertence ao subsector agrícola.

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

Para a integração do sector informal no sector famílias assumiu-se como pressuposto que o sector informal está integrado nas unidades familiares não agrícolas. Nesta base, e usando o critério de separação foi possível calcular a contribuição da economia informal por sector.

Finalmente, a medição das categorias de dimensão de bens e serviços e indústria, foi compilada segundo classificações abrangentes até ao nível de produto (produtos mercantis e de consumo) e por agente (empresas e famílias), de tal modo que, na conta de produção, se pudesse distinguir:

Produção

Empresarial

Familiar

Comercializada

Não comercializada (autoconsumo).

e do lado do consumo, os bens e serviços fossem classificados em:

Consumo das famílias

Autoconsumo

Urbano

Rural

Compras

Urbano

Rural

Esta classificação permite observar uma permanente consistência lógica e aritmética nos fluxos de bens e serviços, por um lado, e medir com maior proximidade o tamanho da economia do país, por outro lado.

1.5 Estrutura do Trabalho

O trabalho é constituído por seis capítulos. O primeiro capítulo é introdutório onde é apresentado o objecto do estudo e a metodologia de organização da pesquisa. No capítulo seguinte a revisão de literatura geral sobre o sector informal, definições e características, na perspectiva de se delimitar o conceito de acordo com as abordagens de diferentes autores e apresentar-se a definição proposta para esta análise. No terceiro capítulo faz-se a revisão da literatura metodológica que inclui a experiência de Moçambique na integração das contas nacionais no SCN e ainda um pequeno modelo, proposto por Santos (1994) para a determinação do volume de emprego informal, num estudo em Portugal.

No quarto capítulo é apresentada uma proposta de inserção do sector informal nas contas nacionais, à luz do SCN. As estimativas do peso da economia informal no PIB calculados com base no IDN91, IAF91, IAF96 e na parte final do relatório são as considerações finais, recomendações e conclusões.

(3)

II

REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Introdução

O sector informal constitui o conjunto de actividades económicas produtivas exercidas, em pequena escala, pelas famílias, empregando um número reduzido de trabalhadores ou resumindo-se ao seu proprietário. Actividades económicas com estas características têm vindo a ganhar espaço nas economias de diferentes países e o seu desenvolvimento deriva de várias razões.

Historicamente consideram-se como determinantes da expansão das actividades económicas informais, factores de natureza socio-económica de origens diversas, entre elas as crises económicas que abalaram as economias a nível internacional nos anos 70 e os efeitos dos programas de ajustamento estrutural (Neves 1998). Existem outras causas conjunturais, desde as necessidades de sobrevivência à fuga deliberada ao mecanismo formal de funcionamento do mercado.

Muitas famílias nos PVD's conseguem sobreviver no sector informal, como forma de obterem um rendimento para a sua subsistência, por falta de um emprego regular. A importância do sector informal resulta do facto de ser alternativa de ocupação e investimento para a população, principalmente, jovens, sem especialização ou formação que lhes permita encontrar um emprego no sector moderno formal.

Este capítulo vai apresentar as várias definições de economia informal de acordo com os pontos de vistas dos diferentes analistas e ainda estudos realizados em alguns países.

(u)

2.2 Sector Informal: Definições

Existem varias definições de sector informal que variam de acordo com o interesse do analista, que toma a liberdade de enfatizar certos aspectos em função do enfoque de análise.

A OIT, por exemplo, tem vindo a desenvolver estudos permanentes sobre a economia informal em relação ao emprego, como um facto real que não pode ser ignorado. Segundo a definição adoptada pela 15ª Conferencia Internacional de Estatísticas do Trabalho (CIET) (1993) "o sector informal pode ser caracterizado, de forma geral, como o sector que abarca unidades que produzem bens e serviços com o objectivo principal de criação de emprego e rendimento para os indivíduos envolvidos. Estas unidades operam, tipicamente, com fraco nível de organização, com pouca ou nenhuma divisão entre trabalho e capital como factores de produção à uma escala reduzida. As relações de trabalho, quando existem, são baseadas, principalmente, em emprego ocasional, em ligações de parentesco ou relações pessoais e sociais e não em relações contratuais com garantias formais" (SCN 1993:154).

Segundo o SCN (1993) a OIT considera que o sector informal, agrupa as unidades económicas envolvidas na actividade de produção de bens e serviços, desenvolvida em pequena escala, de forma artesanal, sem separação a nível de propriedade de factores de produção (trabalho e capital); baixo nível de organização e tendo por objectivo a criação de emprego e rendimento. As unidades de produção que integram este sector assumem as características de empresas familiares em que não há lugar a um património próprio da unidade de produção. O proprietário é totalmente responsável pelas obrigações que decorrem do exercício da actividade, denominando-se empresa em nome individual.

Assim, na delimitação do conceito de informalidade, tal como foi visto é de extrema importância, o âmbito e o interesse de quem analisa o fenómeno, assim, se o interesse é puramente fiscal, o conceito orienta-se a análise das actividades informais como é o caso da evasão fiscal. Se o ponto de observação são os modos e os meios de produção maior interesse terá a observação das relações dos trabalhadores com os meios de produção (relação capital/produto, coeficientes técnicos) e a tecnologia (tipo de investimento, capacidade técnica do trabalhador, eficiência). Se se trata de uma análise social, o interesse orienta-se a composição, estrutura e relações do elemento humano que trabalha nas unidades produtivas

informais, (salários pagos, segurança social, relações patrão/empregado, grau de escolarização) etc.

Na óptica de Santos (1994) A definição do sector informal é independente da configuração do espaço físico em que as actividades de produção têm lugar, do volume de capital mobilizado para o processo produtivo, das características temporais da produção (contínua, sazonal, ocasional) e finalmente, da actividade se constituir como principal ou secundária na perspectiva do proprietário.

Servirá de referência para esta análise a definição geral segundo a qual *o Sector Informal é aquele que engloba actividades que se desenvolvem à margem do controle oficial instituído e da regulamentação económica, carecem de registos fiscais e administrativos, de segurança social e estatísticos, sem acesso ao crédito formal, são constituídas por pequenas empresas que operam de forma, muitas vezes, irregular, com capital muito limitado e com um reduzido número de trabalhadores, actividades que colocam problemas de consistência na informação estatística e na avaliação económica, criando distorções no cálculo das variáveis macro-económicas como PIB, Rendimento Disponível, Inflação, Taxa de Desemprego, entre outras (Santos 1994).*

De acordo com Santos (1994) na definição do sector informal, "não se pode afirmar que o tipo de actividade constitui algum critério para a sua delimitação, embora se possam observar certas actividades que por natureza são características do sector familiar. Porém, nas outras, a agricultura, pescas e têxteis, podem coexistir os dois sectores, o que leva a concluir que a observação estatística deverá incidir sobre as unidades económicas de produção, indivíduos e actividades. A análise estatística deve basear-se nas unidades económicas de produção, tendo como principal quadro de referência as características destas e a sua função principal" (Santos 1994:19).

Em resumo apresentam-se no quadro 2 os determinantes da delimitação do sector informal. Que permite verificar que as micro-empresas, do tipo familiar tem como função principal a produção para o autoconsumo; usando predominantemente o trabalho não remunerado, geralmente famílias e em certos casos se resume ao proprietário. Este tipo de unidades económicas são dotados de instrumentos rudimentares e desenvolvem actividades tradicionais.

Esta imagem é diferente da que é apresentada pelas unidades económicas formais, cuja produção é orientada para o mercado, embora a este nível também se identifiquem unidades desenvolvendo actividades tradicionais, maior incidência está nas actividades modernas.

Quadro. 2 Aspectos Determinantes da Delimitação do Sector Informal

	Economia Informal	Economia Formal
Universo	Unidades económicas não registadas	Unidades económicas registadas
Tipo de unidades económicas	Micro-empresas, assentando numa base familiar e sem personalidade jurídica	Empresas que enquanto entidades com personalidade jurídica constituem centros de decisão com autonomia para afectar recursos
Função principal	Produção para o autoconsumo, produção artesanal para o mercado, auto-emprego	Produção para o mercado
Processo de produção	Utilização fundamental do factor trabalho do proprietário ou familiares e ocasionalmente ou a título acessório emprego assalariado	Utilização de uma combinação de factores de produção (trabalho, terra e capital) adquiridos no mercado
Actividades	Actividades tradicionais (carpintaria, mecânica, artesanato, comércio, latoaria, etc.)	Actividades tradicionais e modernas

Fonte: Santos (1994:20)

Um sinónimo que é frequentemente usado para designar o sector informal é a economia subterrânea. De facto, a característica comum entre informal e subterrânea é o não registo. Esta mesma característica identifica as actividades ilícitas, que não vão ser consideradas neste estudo.

Segundo Santos (1994: 21), "as unidades que compõem o sector informal, subterrâneo e ilegal não constam dos registos administrativos, tornando inviável o recurso aos processos tradicionais de colecta de informação estatística para a observação destes agrupamentos. Deste modo a avaliação da parte da economia não registada implica o recurso preferencial à observação estatística do sector famílias".

Na 15ª CIET organizada pela OIT, definiram-se os principais critérios de definição de sector informal, Quadro. 3:

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

Quadro. 3 Critérios de Definição do Sector Informal

Critérios Obrigatórios	
1. Organização legal	Sociedades não reconhecidas legalmente
2. Proprietários da empresa	Agregados familiares
3. Tipo de registos contabilísticos	Registos contabilísticos incompletos
4. Destino dos produtos	Pelo menos, parte para o mercado
5. Número de empregados permanentes no estabelecimento, e/ou não registo das empresas, e/ou não registo dos empregados das empresas	De acordo com as circunstâncias do país
Critérios Opcionais	
6. Classe de actividade económica	É possível a exclusão da actividade agrícola
7. Área geográfica	É possível a exclusão da área rural

Fonte: ILO 1998

Os critérios mencionados estão relacionados directamente com os conceitos estatísticos utilizados na recolha de informação para a elaboração das contas nacionais e com os critérios de classificação dos agentes económicos para o registo das suas transações. Assim, os conceitos 1) e 2) têm a ver com a nomenclatura dos sectores institucionais; o 4) têm a ver com a nomenclatura de produção; o 6) está relacionado com a classificação dos agentes de acordo com os bens e serviços, por eles produzidos. E, finalmente, os conceitos 3, 5 e 7 tem a ver com os critérios de organização e estratificação dos dados estatísticos.

A 15ª CIET, reconhece que as actividades excluídas do sector informal, não são necessariamente formais, como é o exemplo da "produção não mercantil de bens, a agricultura de pequena escala, serviços domésticos pagos, e actividades não consideradas dentro das fronteiras da produção definidas pelo SCN93" (Hussmanns 1998:80).

Por não haver uma definição única de economia informal, o SCN propõe um conjunto de *parâmetros operacionais*, que consideram os diversos elementos componentes da actividade económica informal: assim, para fins estatísticos o Quadro 3 descreve os conceitos que permitem distinguir as unidades informais. Para facilitar a integração das estatísticas de análise do sector informal no SCN, a definição da OIT permite:

- i) Acrescentar a compatibilidade da informação estatística do sector informal com outras estatísticas económicas e sociais;
- ii) medir a produção do sector informal como parte de um todo
- iii) usar a mesma definição de informalidade tanto nas estatísticas do Emprego como no SCN e
- iv) integrar ou fazer a recolha de dados de conjunto sobre emprego e outras características de sector informal.

Assim, o cálculo e integração do sector informal pode submeter-se aos métodos de medição do sistema SCN(1993).

2.3 Caracterização do Sector Informal

O sector informal manifesta-se em quase todos os sectores da economia (agricultura, transformação, comércio, construção, serviços e outros). Tem-se desenvolvido na área rural e urbana "incluindo membros de grupos étnicos tradicionalmente dedicados aos negócios, pessoas que abandonam a escola, trabalhadores provenientes do sector público ou sectores privados e funcionários públicos que procuram completar o seu rendimento oficial" (Banco Mundial 1990:173). Na óptica de Santos (1994), as actividades da economia informal, estão associadas a fenómenos como: 1) produção familiar de subsistência; 2) produção familiar para o mercado; 3) apropriação de parte das receitas públicas potenciais pelas unidades legais (impostos); e 4) emprego de trabalhadores não registados.

O sector informal tem uma dinâmica e características próprias. Para Trager a característica principal do sector é "a facilidade de entrada, confiança nos recursos endógenos; a propriedade familiar; a operação de pequena escala e mercados competitivos e não regulares; é um sector que contempla todas as actividades produtoras de rendimento fora do salário e pagamentos de segurança social do sector formal" (Trager 1987 citado por Mause 1994). As empresas que o compõem são de pequena escala, especializadas na produção de bens e serviços com o objectivo de garantir rendimentos àqueles que nele intervêm.

O peso do sector informal na economia varia em função do grau de desenvolvimento económico de cada país. Nos PVD's tem um peso muito elevado, enquanto que nos Países Industrializados é apenas uma mínima parte. Segundo Roubaud e Seruzier (1992), o desenvolvimento do sector informal nos PVD's corresponde a uma modificação de comportamentos das unidades económicas como reacção às perturbações na economia.

A economia informal nasce geralmente como uma reacção espontânea da população às pressões de sobrevivência, pela falta de emprego, seguro de desemprego ou qualquer outra forma de rendimento. "as actividades desenvolvidas pelas unidades de produção do sector informal não são necessariamente realizadas com a intenção deliberada de evasão ao pagamento de impostos ou contribuições sociais, infracção à legislação do trabalho, ou outra legislação e procedimentos administrativos. Desta forma, o conceito de sector informal deve diferenciar-se do conceito de actividade subterrânea ou oculta" (SCN 1993:154).

Os operadores do mercado informal entram para o mercado em concorrência, em termos de preços e qualidade dos produtos com o mercado formal. Estes agentes diferenciam-se dos operadores da economia subterrânea porque, estes últimos, apesar de apresentarem produtos concorrenciais, parte ou todas as suas transacções são realizadas, propositadamente, fora da legislação vigente como forma de contornar obrigações fiscais, salariais, de segurança social, de qualidade dos produtos, entre outras que a unidade produtiva cumpre, parcialmente. Nesta situação de intersecção das transacções informais-subterrâneas, não é possível fazer-se uma clara distinção dos agentes, pois ocorre que, em muitos casos, observa-se a combinação destes fenómenos, entre unidades formais e actividades subterrâneas, de tal forma que se interceptam (unidade formal-produto informal) ou (unidade informal-produto formal).

2.4 Revisão de Literatura

Nos anos 70, emergiu, na área urbana das cidades, a pequena indústria paralela (não oficial) e as indústrias de produção em pequena escala, providenciando oportunidades de emprego à população; entre jovens e pessoas sem formação ou que perderam seus empregos no mercado formal, complementando a oferta de bens e serviços, no sistema económico. Estudos realizados em alguns países sobre a produção da pequena indústria mostram a sua

importância económica no incremento da produção, melhoramento na equidade de distribuição dos rendimentos e na criação de emprego. A actividade produtiva neste sector está baseada na intensidade de trabalho e por isso constitui um potencial meio para a criação de emprego (Aboagye 1986).

Aboagye (1996), num estudo realizado no Quénia, constatou que o aparecimento de pequenas unidades empresariais, resulta da combinação de diferentes fenómenos:

1. Do ponto de vista histórico resulta da migração de pessoas do campo para a cidade. Este processo de urbanização foi determinado por uma série de factores cumulativos nos quais se devem considerar, entre outros, o declínio da importância das actividades agro-pecuárias tradicionais à favor das actividades manufactureiras; e
2. a incapacidade do sistema económico de assegurar meios de sobrevivência para toda a população, o que determina que uma parte da população *não protegida* e que não beneficie dos privilégios do sector formal tenham que procurar meios de sobrevivência através do recurso a actividade informal.

A maior parte dos operadores do sector informal são jovens, inexperientes, constituindo este sector o recurso, em termos de trabalho, nos casos em que não conseguem um emprego assalariado no sector moderno. O número de pessoas empregues em cada unidade produtiva é variável.

Na óptica de Maegher (1995), nos países africanos o sector informal estabelece ligações económicas com o sector formal que tendem a aumentar ao longo do tempo como resultado da necessidade de uma permanente articulação entre ambos, apesar de serem limitadas pela fraca capacidade e pelo baixo nível de produtividade do sector informal.

A expansão do sector informal é determinada por vários factores. Segundo a literatura, os principais determinantes da expansão são: a escassez de emprego no sector moderno formal, quer dizer, no mercado de trabalho a oferta é muito maior do que a procura; a capacidade de pagamento do mercado de trabalho, em termos de salário médio, sobretudo para o operário e para o empregado de menor categoria, onde em média o salário pago não corresponde às exigências para um cabaz mínimo de consumo para uma família onde o chefe do agregado é operário; a ausência de capital para um investimento mais amplo no sector

moderno formal; o fraco nível de formação; e dificuldades administrativas de formalização, etc.

2.5 Sector Informal em Moçambique

Na abordagem do sector informal, em Moçambique, será considerado o ambiente socio-económico geral na perspectiva de se ilustrar o contexto e o clima económico em que o fenómeno ocorre. Para posteriormente falar-se sobre o contexto do seu surgimento e expansão, considerando suas características e particularidades.

2.5.1 Ambiente Sócio Económico Geral

Moçambique é um país com uma economia, relativamente, débil e em processo de transição económica e política, onde, de acordo com os dados do INE, 87.8% da população, em 1991, se dedicava a agricultura. As receitas do governo cobriam apenas 46.7% do total do orçamento do país e o remanescente provinha de donativos e empréstimos. Até 1993, como resultado da guerra civil, o governo orientava as suas políticas para a defesa e segurança nacional. Com a paz houve necessidade, primeiro, de estruturar as bases para uma estabilidade política e, segundo, de se redefinir as políticas económicas com a finalidade de se alcançar uma maior estabilidade económica dentro de um processo de transição e implementação de uma economia de mercado. O processo de privatizações das empresas estatais introduziu no sistema económico novas relações de trabalho orientadas para o alcance dos objectivos de ambos os agentes (capital e trabalho) numa situação de livre negociação.

É, pois, dentro deste clima que a população, em especial os que durante a guerra perderam seus empregos, crianças que não tiveram acesso a escola por se encontrarem refugiadas ou órfãos que não tinham recursos para continuar os estudos, se vêem impostas a recorrer ao sector informal como única alternativa para a obtenção de um rendimento de subsistência.

Com o advento do processo de privatizações das empresas estatais a situação não mudou de figura. Pelo contrário, apresentou-se um cenário que levou ao aumento do desemprego, e como alternativa recorreram ao sector informal.

Apesar deste cenário, ao nível do governo, já se nota uma preocupação sobre as actividades do sector informal, porque para além da falta de registo administrativo, o que não permite a arrecadação de receitas pelo Estado, é preocupação do governo o facto dos agentes informais operarem em locais não apropriados em termos de infra-estruturas como é o caso do desenvolvimento de actividades informais em locais sem sanitários ou ausência de uma organização adequada para o desenvolvimentos de actividades do género. Pode-se citar, como exemplo, a proliferação de lixeiras em locais frequentados pelos agentes informais, ao longo das ruas ou nos mercados informais, o que tem como consequências a degradação desses locais e da saúde pública.

No longo prazo seria importante delimitar e perceber com clareza o fenómeno da informalidade não só como fonte de receitas fiscais mas como um fenómeno mais complexo relacionado com o desenvolvimento da economia como um todo e suas interações com os fluxos sociais do país.

2.5.2 Evolução Histórica

Em Moçambique o sector informal resulta predominantemente das mudanças económicas e políticas desde a independência. Embora na fase inicial a tendência do governo tenha sido de o marginalizar, há actualmente um interesse crescente de se desenvolverem estudos sobre o assunto e de se incrementar o desenvolvimento dos micro-negócios através do incentivo ao desenvolvimento de pequenos projectos, financiamento das pequenas actividades através das ONG's ou do próprio governo. Este esforço vai permitir que se conheçam as potencialidades e características estruturais das pequenas actividades económicas informais e posteriormente levará ao desenho de medidas para sua integração no esforço de desenvolvimento, como forma de se permitir uma melhor avaliação da participação do sector no crescimento económico.

O sector informal tomou diferentes formas ao longo da história. "Durante o período colonial era subtil e discreto. Com a independência e a adopção de uma economia planificada houve uma tendência de expansão e com o ajustamento estrutural e os acordos de paz, surge a necessidade de o redefinir. As estatísticas são bastante fracas e escassas e em muitos casos ocasionais, embora o sector absorva um volume significativo do emprego, movimente elevados recursos financeiros através de circuitos que escapam ao controle das autoridades competentes" (INEF 1995:6).

Mas do ponto de vista socio-económico a actividade informal apresenta aspectos positivos na medida em que dá soluções práticas à situações reais, vividas pelas populações, para as quais o sistema não apresenta alternativas válidas. Na zona centro, por exemplo, "as operações ambulantes facilitam a integração dos mercados, transportando produtos das zonas de produção até aos mercados da Beira e Maputo. No Norte há pouca actividade informal, registando-se apenas alguns retalhistas isolados em mercados ou em actividades ambulatórias. O crédito é colocado como principal limitação para as actividades do informal e isto, pode ser explicado pela fraca rede bancária, ausência de uma administração de créditos, entre outras causas" (DEP 1995).

Porém, apesar deste fenómeno constituir uma realidade evidente, prevalecem dúvidas do que deverá ser considerado actividade do sector informal para Moçambique. Senão vejamos, a definição tradicional do sector informal considera que fazem parte da economia informal empresas sem nenhum registo, que movimentam pequenos volumes de capitais, sem uma contabilidade convencional e com um número reduzido de trabalhadores. Mas ocorre que no caso de Moçambique, existem empresas oficialmente registadas que não obedecem os regulamentos sobre as relações laborais e segurança social, e não cumprem com as obrigações fiscais, evadindo-se; nem apresentam uma contabilidade convencional, podendo-se, a este nível, erguer questões de natureza conflituosa. Será esta empresa informal quando opera nestes moldes (empresa registada que não obedece o regulamentado) ou é apenas informal aquela que não tem registo nem apresenta uma contabilidade organizada.

Verifica-se ainda que se consideram informais os vendedores do mercado. De facto, os vendedores dos mercados "paralelos" que não pagam taxa nenhuma por realizar as suas actividades, que não tem características de permanência na actividade, que mudam rapidamente os produtos de venda, devem ser considerados informais; mas os vendedores dos

mercados tutelados pelas autoridades locais, que pagam as taxas fixadas pelo governo, e são registados na actividade com a condição prévia de cumprimento dos regulamentos impostos por lei, devem ou não ser considerados informais?. Em principio, considerando a definição segundo a qual é informal aquele que não está sujeito à imposições fiscais, estes vendedores não seriam considerados informais. Contudo, a contradição em relação à outras definições está na falta de uma contabilidade organizada, número de trabalhadores reduzidos ao proprietário, o que leva a que estes vendedores sejam considerados informais. O que deveria ser aqui discutido é se para o caso de Moçambique é correcto adoptar estas definições ou definir economia informal de acordo com a realidade nacional.

Outras dúvidas ao nível de adequação do conceito de sector informal a realidade nacional ocorrem ao abrigo da definição da OIT sobre a economia informal, onde o sector agrícola seria descurado, na medida em que a preocupação da actividade informal é analisada como um fenómeno da área urbana, portanto, o conceito sugerido incorpora apenas actividades informais que se realizam nas zonas urbanas onde se desenvolve a economia moderna. Para o caso de Moçambique onde a agricultura tem um papel bastante importante e dinâmico, e a produção agrícola bastante representativa, com um contributo de mais de 60% (1996) da produção total, segundo dados do INE, a sua exclusão no dimensionamento da actividade informal representaria uma grande diminuição do tamanho da economia onde está localizada a actividade informal.

2.6 Aspectos Relevantes da Revisão de Literatura

É importante reter que o desenvolvimento de actividades informais iniciaram, de forma discreta, ainda no período colonial, no início da década 70, sendo apontadas como causas a migração de pessoas do campo para a cidade. Na prática estes movimentos migratórios resultaram de uma série de factores, a título de exemplo, o declínio das actividades agro-pecuárias tradicionais; o efeito dos meios de comunicação e a migração de pessoas sem formação das áreas rurais às cidades são apontadas como algumas das causas que levaram ao desenvolvimento das actividades informais. O que ocorre em termos práticos é que as pessoas que se deslocam do campo para as cidades nas condições citadas não tem

recursos para custear a vida nas cidades, e confrontados com situações de carência de bens de consumo para a sua sobrevivência, optam por se dedicar ao desenvolvimento de actividades económicas informais, (Aboagye 1986).

Para além das razões citadas consideram-se ainda como causas históricas do surgimento e desenvolvimento do sector informal os desequilíbrios próprios do sistema económico que não asseguram meios de sobrevivência para a população e o desequilíbrio do sistema produtivo no fornecimento de bens e serviços, (Aboagye 1986). Exemplos desses desequilíbrios podem ser encontrados nas crises económicas cíclicas e nos efeitos das diferentes políticas dos governos.

As actividades informais desenvolvem-se com particular intensidade nos países não desenvolvidos ou em processo de desenvolvimento porque existe nestes países grande fragilidade na protecção da população mediante sistemas de segurança social, acesso à saúde e a educação gratuita, sem as quais não é possível garantir, sobretudo, à população desempregada, condições mínimas para uma vida mais saudável.

Da literatura revista, sobre o sector informal, importa reter que, embora haja diferentes definições de sector informal, que variam de acordo com o ponto de vista do analista, os vários conceitos convergem para um ponto comum, as características da economia informal. É unanime em todas as definições considerar-se o sector informal como àquele sector que carece de registo, opera em pequenas unidades do tipo familiar.

III

REVISÃO DE PROPOSTAS METODOLÓGICAS DE MEDIÇÃO DA ECONOMIA INFORMAL NO ESQUEMA DAS CONTAS NACIONAIS²

3.1 Introdução

Na primeira parte deste capítulo será abordado, resumidamente, o esquema de compilação do SCN proposto pelas Nações Unidas, onde se deve integrar o sector informal. Depois desenvolver-se-á a experiência de Moçambique na elaboração das contas nacionais à luz do SCN e serão também identificadas as fraquezas na medição do sector informal considerando o actual sistema de informação estatística nacional. Na segunda parte, ir-se-á desenvolver a experiência de Portugal na medição do volume de emprego, partindo de inquéritos ao emprego aos estabelecimentos informais.

Em termos teóricos são apresentadas as linhas de fundo para uma observação e acompanhamento do comportamento das unidades informais, através do desenvolvimento de inquéritos aos estabelecimentos informais, com bases amostrais.

3.2 Sistema de Conta Nacionais

Na elaboração das contas com base no Sistema de Contas Nacionais devem-se cumprir certas regras e procedimentos padronizados dado o seu carácter de comparabilidade internacional. Em resposta a esta particularidade do sistema, na sua implementação é considerado um conjunto de parâmetros que orientam a elaboração das contas.

² Baseado no SCN93 das Nações Unidas e Lazo (1998) em Procedimentos Metodológicos na Elaboração das Contas Nacionais de Moçambique.

Dada a sua flexibilidade o SCN permite adequar o nível de desagregação e análise às necessidades do país e as suas possibilidades e de acordo com a disponibilidade de dados para a produção estatística.

3.3 Marco de Compilação das Contas Nacionais

O Marco (esquema) de Compilação das Contas Nacionais é constituído por um conjunto de contas, nomenclaturas e procedimentos metodológicos de tratamento e agregação de dados que permitem orientar a elaboração das contas nacionais de forma sistemática, quer no ano base quer nos períodos subsequentes. Para isso, nos cálculos das contas nacionais, feito, pelo INE foram desenhados formatos de contas, elaboradas as nomenclaturas dos agentes económicos e elaboradas as nomenclaturas das contas e das transacções.

3.4 Estrutura Contável

O SCN é um quadro contabilístico, comparável a nível internacional que tem como objectivo registar de forma sistemática e detalhada as transacções dos agentes económicos, suas inter-relações e os resultados obtidos pelos agentes económicos.

A estrutura contável do SCN compreende os seguintes conjuntos, principais, de contas e quadros:

- i. Quadro económico integrado
- ii. Contas dos sectores institucionais
- iii. Quadros de recursos e empregos

3.4.1 Quadro Económico Integrado

No Esquema das Contas Nacionais de Moçambique o *Quadro Económico Integrado* centraliza e resume todas as contas e quadros do sistema. Incorpora os resultados dos

trabalhos de análise das categorias de estabelecimento (fluxo de bens e serviços) e por unidades institucionais.

3.4.2 Contas dos Sectores Institucionais

As Contas dos Sectores Institucionais constituem uma descrição sistemática dos diferentes aspectos do processo económico: Produção, Geração, Distribuição e Redistribuição dos Rendimentos e Acumulação Financeira e não Financeira, realizadas pelas unidades institucionais.

3.4.3 Quadros de Recursos e Empregos

Os Quadros de Recursos e Empregos são um conjunto de matrizes relacionadas. A primeira descreve a oferta de produtos como recursos, a segunda descreve o uso dos produtos, como empregos. Na prática o jogo de matrizes é formado por:

- a) Uma matriz de produção;
- b) uma matriz de usos intermédios;
- c) uma matriz de usos finais dos produtos; e
- d) uma matriz constituída pelo valor acrescentado.

Este quadro constitui o sistema coordenador de todas as folhas de trabalho da Indústria, pois é o resumo dos fluxos de bens e serviços elaborados nos equilíbrios de oferta e procura por produto e os componentes de custos da Indústria (Consumo Intermédio e Valor Acrescentado), que será a fonte de dados para a comparação com os resultados das contas dos sectores institucionais.

3.5 Contas do Sistema

A sequência completa de contas foi desenhada considerando a disponibilidade actual e futura de dados. Estas contas descrevem-se também no quadro integrado, (ver quadro 1 no anexo 1) onde se pode observar as contas desenvolvidas por cada sector institucional. Neste quadro, faz-se a descrição das contas que se podem elaborar, no esquema do SCN, por sector institucional, onde as contas sombreadas são aquelas que incluem implicitamente as transações efectuadas pelo sector informal.

3.6 Sistema de Contas Nacionais: Nomenclatura de Contas do SCN

CONTAS CORRENTES: INDUSTRIA

0 Contas de bens e serviços

0.1 Contas de produção por ramos de Actividade Económica

CONTAS CORRENTES: SECTORES INSTITUCIONAIS

I Conta de produção

II.1.1 Conta de exploração

II.1.2 Conta de afectação de Rendimentos Primários

II.2 Conta de distribuição secundaria do rendimento

II.3 Conta de redistribuição do rendimento em espécie

II.4.1 Conta de utilização do rendimento disponível

II.4.2 Conta de utilização do rendimento disponível ajustado

CONTAS DE ACUMULAÇÃO

III.1 Conta de capital

III.2 Conta financeira

III.3.1 Conta de outras variações de volume de activos

III.3.2 Conta de reavaliação

CONTAS DE PATRIMONIO

IV.1 Conta de patrimonio inicial

IV.2 Conta de variações do patrimonio

IV.3 Conta de patrimonio final

As contas elaboradas pelo INE, com base 1996, tem como propósito desenvolver as Contas Correntes (Produção, Geração e Distribuição do Rendimento) e as Contas de Capital (Acumulação), para todos os sectores institucionais.

Em relação as Contas Financeiras e de Patrimonio só se dispõe de informação para o sector Financeiro.

Como se pode observar, as Contas Nacionais (contas dos agentes económicos), incluem o registo das operações Correntes, de Acumulação e de Patrimonio, isto é, o SCN pretende descrever, para todos os agentes do país, a criação da riqueza (Produção), a Acumulação desta riqueza (Contas de Capital e Financeiras) e finalmente, à análise das mudanças (variações) da riqueza acumulada pelo país e dos sectores em particular.

3.7 Classificações

O nível de detalhe das nomenclaturas das Contas Nacionais baseia-se nas diferentes classificações propostas pelo SCN e foram adaptados segundo a disponibilidade de dados e as características económicas do país. Assim:

- a) Nomenclatura dos sectores institucionais; descritas anteriormente;
- b) nomenclatura das transacções, de outros fluxos, saldos e (220 categorias na base 1996), anexo 2;
- c) nomenclatura das indústrias ou actividades económicas (42 categorias); e
- d) a nomenclatura de produtos (lista de bens e serviços da economia, 144 categorias na base 1996), anexo 2.

3.8 O Sector Informal nas Contas Nacionais

O SCN, prevê, incentiva e procura o registo dos principais fenómenos económicos do sistema. Para o efeito no desenho para a elaboração, conciliação e avaliação procura-se a integração dos principais agentes económicos e o registo das transacções mais importantes do sistema.

As questões mais importantes a definir para aplicação prática, referem-se a identificação das unidades produtivas do sector informal como agente económico, do ponto de vista institucional e os métodos de medição de suas transacções.

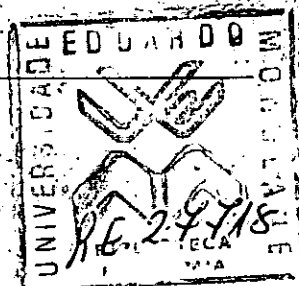
Segundo o SCN na economia pode-se distinguir dois tipos importantes de unidades institucionais ou sectores: entidades legais e famílias. As entidades legais são aquelas que se constituem conforme o ordenamento legal do país (segundo o SCN são as sociedades), e são por si próprios responsáveis pelas actividades que realizam. As sociedades podem ser constituídas por membros de uma ou mais famílias ou estar integradas em outras sociedades, ou ainda haver a combinação de ambas as situações.

Sob o ponto de vista operativo, uma unidade produtiva que não é um ente legal e funciona em uma unidade produtiva do tipo negócio familiar, é informal pois os interesses desta unidade confundem-se com os interesses da família.

Considerando que do ponto de vista do SCN a família tem como função económica principal o consumo e o fornecimento da mão-de-obra, a função produtiva que exerce, quando opera como informal, corresponde a dimensão do fenómeno económico, reconhecida como função principal das sociedades financeiras e não financeiras.

No processo de integração dos fluxos do sector informal nota-se que os bens ou serviços produzidos durante o processo produtivo pelo sector informal apresentam funções semelhantes as daqueles bens ou serviços produzidos por outros sectores institucionais. Isto é, a utilização final de um bem produzido por uma empresa sofisticada é a mesma que é obedecida na utilização final de um bem produzido por um amador.

Na classificação industrial, isto é determinado pelo resultado da combinação de factores produtivos, mais não pelo agente que o combina. À margem da qualidade, o milho produzido por uma machamba de um agricultor tradicional, tem a mesma função daquele que



é produzido pelos meios modernos ou pelos Institutos Agrários e a nomenclatura de produtos identifica, classifica e codifica o produto, sem distinção da procedência.

Então a actividade informal tem a ver com a classificação do agente económico do ponto de vista institucional.

O SCN-93 define uma **unidade institucional** como sendo uma entidade económica com capacidade, por direito próprio, de:

- Possuir bens ou activos;
- subscrever dívidas e operações com outras entidades;
- tomar decisões, na realização de actividades económicas; e
- intervir em contratos e aceitar obrigações ou compromissos em seu próprio nome.

Em resumo, uma unidade institucional aparece como uma entidade legal, reconhecida pelas entidades económicas do sistema com direitos e obrigações definidas. É o caso de sociedades de diferentes tipos, incluindo o Governo, que respondem como instituições e são, assim, reconhecidos, tal como acontece no caso das famílias, como instituições com um estatuto próprio perante as leis e a Constituição do Estado.

Do ponto de vista económico e das contas nacionais, a família tem como *função económica principal consumir e proporcionar força de trabalho a economia* (e complementarmente participar no processo produtivo).

Por outro lado, segundo o SCN, no mundo real, existem dois tipos de unidades institucionais:

1. Pessoas ou grupo de pessoas organizadas em famílias; e
2. entidades jurídicas ou sociais cuja existência é reconhecida por lei, podendo ser consituídos com a participação de indivíduos ou entidades jurídicas não físicas.

Considerando estes conceitos, segundo o SCN, as famílias são definidas como um pequeno grupo de indivíduos que:

- Partilham um alojamento e parte ou a totalidade do seu rendimento; e

- consomem colectivamente certos tipos de bens e serviços (habitação e alimentação).

Para se identificar se uma unidade produtiva faz parte de uma sociedade ou de uma família, ela deverá ser examinada à luz das condições que definem uma unidade institucional. Quem é o proprietário, quem exerce as decisões, quem assume a responsabilidade dos activos e passivos.

Então, as microempresas, os pequenos negócios que não tem estatuto legal, não tem enquadramento nas sociedades, são integradas no sector das famílias, onde normalmente o chefe da família responde pelos actos dos seus membros, incluindo o património familiar.

Segundo a sequência de contas a elaborar-se por sectores institucionais, a diferença das operações a registar em casos de famílias que desenvolvem actividades produtivas e as que não desenvolvem, identificam-se na conta de produção (Valor Bruto de Produção, Consumo Intermédio e Valor Acrescentado) e a conta de Geração do Rendimento (nos componentes do Valor Acrescentado). Mas, para efeitos práticos, os procedimentos de recolha de dados, não permitem a identificação das operações realizadas pelas famílias "puras" daquelas que desenvolvem actividades produtivas.

No Quadro 4 identifica-se a subdivisão da família em duas unidades abstractas funcionais (produtora e consumidora). Estas unidades descrevem as contas previstas no SCN: a última coluna apresenta as contas de produção, geração do rendimento, distribuição do rendimento, utilização do rendimento, capital e financeiras. Estas contas podem ser desenvolvidas considerando que as famílias são simultaneamente unidades produtoras e consumidoras. A conta de produção é exclusiva da unidade familiar que desenvolve actividades produtivas. Por outro lado, de acordo com o sistema e seguindo a lógica o consumo ocorre apenas depois da Geração do Rendimento e a função produtiva gera fluxos para todas as contas. A excepção verifica-se na conta de utilização do rendimento que descreve o Consumo Final dos bens e serviços e é exclusivo das unidades familiares consumidoras.

Quadro. 4 Contas do Sector Famílias Elaboradas segundo o SCN

CONTAS DO SCN	UNIDADE CONSUMIDORA	UNIDADE PRODUTORA	TOTAL DA FAMÍLIA
Produção	Não	Sim	Sim
Geração do Rendimento	Não	Sim	Sim
Distribuição do Rendimento	Sim	Sim	Sim
Utilização do Rendimento	Sim	Não	Sim
Capital	Sim	Sim	Sim
Financeira	Sim	Sim	Sim

Tem de se sublinhar, o facto de que na elaboração das contas nacionais para os sectores institucionais, incluindo o sector das famílias, o processo não termina na avaliação da produção, o SCN prevê o desenvolvimento de todas as outras contas, para além de dar a possibilidade de se estenderem as contas às Contas Satélite, onde em formatos e quadros especiais registam-se operações definidas especialmente para o tratamento de cada caso.

As contas nacionais de Moçambique, com base 1996, estendem as Contas das Famílias para obter indicadores socio-económicos por estratos e categorias mais específicas. Assim, usando a dimensão geográfica é feita a classificação em famílias urbana e rural; norte, centro, sul; pela natureza dos rendimentos: agrícolas e não agrícolas.

Assim, há uma coincidência na classificação necessária para a análise da actividade informal. O SCN de Moçambique, ano base 1996 terá resultados e indicadores sócio-económicos, analíticos muito próximos da definição do sector informal, dentro da categoria das famílias. Os indicadores que se prevêem obter estão relacionados com os coeficientes técnicos de produção, os salários médios pagos, o rendimento misto, o consumo de capital fixo, entre outros.

3.9 Experiência de Moçambique no Cálculo das Contas Nacionais³

Em Moçambique foi implementada uma primeira aproximação da metodologia de cálculo das contas nacionais, baseada no SCN93, trabalho que levou a produção do

³ Baseado no Sistema de Contas Nacionais de Moçambique (SCN-M 1996).

documento "Sistema de Contas Nacionais em Moçambique, Base 1991", onde se mostra os resultados e procedimentos metodológicos para o cálculo das contas nacionais. No processo de elaboração foi escolhido como base de referência o ano de 1991 dada a disponibilidade de informação demográfica do IDN e sobre as receitas e despesas das famílias obtidas do inquérito (IAF), realizado na cidade de Maputo no período de 1991-1992 e nas outras cidades capitais em 1992-1993. Contudo a medição da economia não foi feita de uma só vez, obedeceu a duas etapas.

Na primeira etapa as estimativas realizadas cobriam apenas 59.7% da população estimada para 1991, ou seja, 8.6 milhões de habitantes, sendo 2.6 milhões das cidades e 6.0 milhões da área rural, zonas controladas administrativamente pelo governo. Áreas não abrangida pelas investigações do IDN e IAF (SCN-M 1996).

Na segunda etapa, partindo do pressuposto de que a população consome a sua própria produção, foram efectuadas estimativas de produção e de consumo correspondentes as regiões não abrangidas nos anos de 1991-1993.

A informação que consta do SCN-M (1996) indica que para além do IAF e do IDN, os dados para a elaboração das contas nacionais foram obtidos do "processamento das importações e exportações, provenientes dos registos dos despachos aduaneiros; da balança de pagamentos; da execução orçamental do governo, dos inquéritos económicos mensais, dos inquéritos trimestrais e anuais sobre força de trabalho e salários e existência de materiais, do inquérito anual às empresas; dados contabilísticos das empresas não cobertas pelos inquéritos; informações sectoriais sobre electricidade, água e de serviços financeiros e outras informações obtidas dos ministérios, como é o caso da informação sobre Aviso Prévio do Ministério da Agricultura e Pescas sobre o desempenho das campanhas agrícolas, produção de minerais obtida do Ministério dos Recursos Minerais", entre outras fontes.

Os resultados do IDN, referentes à população ocupada, foram reclassificados com a finalidade de se dispôr de dados relativos à distribuição da população por actividades económicas e categoria dos postos de trabalho, que permite identificar os trabalhadores por conta própria, trabalhadores familiares não remunerados, trabalhadores remunerados, empregados e patrões.

A informação obtida em SCN-M (1996) mostra que do IAF foram utilizados os resultados provisórios da cidade de Maputo e capitais provinciais, respeitantes às receitas e

despesas das famílias. De notar que os dados sobre receitas referem-se, principalmente, aos salários recebidos e as despesas são retiradas dos valores de compra e autoconsumo de bens e serviços do agregado familiar. E como forma de se obter uma informação coerente com o período base (1991), os dados originais dos inquéritos realizados em períodos não homogêneos, foram convertidos a preços de 1991 tanto as receitas como as despesas. No caso dos salários foram utilizados índices de evolução de remunerações por actividade económica, enquanto que para as despesas foi utilizada a evolução do Índice de Preços no Consumidor (IPC) da Cidade de Maputo.

Para se estimar os dados sobre o consumo rural, foi utilizada uma sub-amostra que permitiu identificar os agregados familiares que não apresentavam receitas provenientes de salários ou de lucros de negócios, baseado no pressuposto de que nas áreas rurais a principal produção é a agro-pecuária para o autoconsumo. Este trabalho adicional derivou do facto de que o IAF foi apenas restringido para as cidades capitais, não tendo havido nenhum registo das zonas rurais.

Dificuldades houveram também na obtenção de informação contabilística dos agentes económicos para elaborar as contas por sectores institucionais, segundo recomendação do SCN93, porque embora o conceito sobre fluxo de bens e serviços concorde com as recomendações do sistema, existem limitações que decorrem das práticas contabilísticas no país que não permitiram obter dados para a extensão das contas nacionais à operações de distribuição e acumulação. Este trabalho levou ao cálculo do PIB nas ópticas de produção e da despesa, introduzindo na análise a distinção da produção por unidades (empresas) e as unidades familiares.

Pode-se notar que, no cálculo das contas nacionais, nada havia sido, especificamente, feito, até agora, com vista a um estudo particularizado do sector informal, embora na conta de produção por actividades económicas fosse incorporada a produção familiar. O que mostra que ainda prevalecem limitações de análise e produção estatística, pelo facto de não terem sido desenvolvidos modelos de inquéritos orientados para a recolha de dados sobre o desempenho das actividades económicas informais.

Ao nível da observação estatística houve, no INE, uma tentativa de desenho de metodologia de inquérito aos estabelecimentos informais, num estudo realizado em Vilankulo,

baseado num inquérito amostral do tipo areal, directo, dirigido aos trabalhadores e aos empregadores (Ardeni 1997).

Por ter sido um estudo piloto, os resultados obtidos não podem ser tomados como referência para se extrair conclusões sobre as características do sector informal.

3.10 Experiência de Portugal na Avaliação da Economia Informal⁴

Para a quantificação da economia não oficial, em Portugal, utilizam-se métodos econométricos baseados na abordagem monetária e Inquéritos ao Emprego, segundo o esquema de compilação do Sistema de Contas Nacionais. Contudo, existe uma preferência em relação ao o segundo método porque, sendo a observação dos estabelecimentos informais baseada na contabilidade nacional, enquadra-se na produção corrente da informação estatística e recorre ao inquérito às famílias. O método baseado em modelos econométricos é um método indirecto que permite apenas uma medição do tipo aproximativo, sem hipótese alguma de verificação se não houver estudos concretos sobre o comportamento dos agentes económicos.

Na experiência de Portugal, viu-se que os inquéritos económicos às empresas formais não permitem captar todos os aspectos característicos do mercado de trabalho, como, é o caso do trabalho independente não declarado; casos de pluriactividade em que o emprego secundário não é declarado. Assim um confronto entre a procura e a oferta de trabalho (emprego declarado pelo sector versus emprego declarado pelas famílias) realizado ao nível mais detalhado por actividade económica e segundo o tipo de unidade económica em termos de classe de dimensão, permite estabelecer a base para as correcções à subestimação dos inquéritos às empresas (Santos 1994).

A utilização do inquérito ao emprego, isto é a oferta de trabalho (Famílias) como pilar metodológico (Santos 1994), obriga a que o inquérito contenha questões como:

- Condição perante o trabalho;
- dimensão da unidade económica de produção;
- inclusão em registos administrativos; e
- a remuneração do trabalho.

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

A inclusão de questões que indiquem a condição perante o trabalho visa a identificação dos trabalhadores por conta própria (que tenham emprego principal remunerado ou não) com ou sem pessoal ao seu serviço e ainda os trabalhadores familiares não remunerados. Enquanto que a dimensão da unidade de produção (inquérito as unidades empregadoras) deve ser determinada em função do número de pessoas ao seu serviço e os registos administrativos são relativos a segurança social, seguro de acidentes, etc. Estes aspectos devem ser considerados na medição do volume de emprego, condições de trabalho e o fluxo entre a oferta de trabalho por parte das famílias e a demanda expressa pelas unidades produtoras.

Num estudo realizado em Portugal, a determinação do volume de emprego foi associado ao produto gerado devido aos aspectos relativos ao emprego não declarado e da pluriactividade. Para o efeito foram determinadas variáveis baseadas nos dados recolhidos do inquérito ao Emprego, a considerar, entre outros: empregados a tempo completo, empregados a tempo parcial, empregados em 2ª actividade, empregados ocasionais, duração média do trabalho, ramo de actividade, que permitiram estabelecer relações funcionais com vista a determinação do volume de emprego.

A Tab. 1 apresenta os resultados dos Inquéritos ao Emprego realizados em Portugal no período de 1992 e 1993.

Tab. 1 Resultados do Inquérito ao Emprego não Oficial em Portugal

Unidades: a, b, d, e- mil pessoas; c-pessoas; f- horas semanais

	Variáveis	1992	1993
a	Emprego Total	4543.1	4457.7
b	Trabalhadores independentes	1076.5	1079.9
b.1	Sem pessoal ao serviço	799.6	797.7
b.2	Com pessoal ao serviço	276.9	282.2
c	Dimensão média das unidades b.2	4.5	4.3
d	Empregados sem segurança alimentar	138.6	133.1
e	Assalariados com pluriactividade	216.7	204.4
f	Duração média habitual do trabalho	39.65	39.55

FONTE: (Santos 1994:40)

* Baseado em Santos (1994 :13-42), em Utilização dos Inquéritos Junto das famílias na Elaboração das Contas

Da tabela 1 pode se concluir que durante o período em análise verificou-se uma tendência de decréscimo ao nível do emprego total de cerca de 2%.

Os trabalhadores independentes representam em média 24% em relação ao total do emprego e a dimensão média das unidades económicas de produção com pessoal ao seu serviço é de 4.4 trabalhadores.

3.11 Aspectos Relevantes da Revisão de Literatura Metodológica

Um aspecto que é importante de se reter neste capítulo é que, apesar de Moçambique não ter feito algo de particular com vista ao estudo do sector informal no cálculo dos indicadores macro-económicos agregados, o sistema utilizado nas contas nacionais para o cálculo do PIB é o mesmo que deve ser adoptado para a estimativa da dimensão económica das actividades da economia informal.

No âmbito da observação estatística apresenta-se o mesmo quadro que se verifica no cálculo do peso económico da economia não oficial, senão vejamos, para recolha de dados sobre o desempenho económico da economia informal recorre-se aos inquéritos às famílias, por ser a família o objecto principal da pesquisa. Isto mostra que partindo dos inquéritos correntes existentes em Moçambique existem condições para a realização de análises sistemáticas e coerentes, sempre que o inquérito permita medir as despesas por origem do produto, o emprego e as suas características.

Este cenário permite afirmar que as condições estruturais para o estudo do sector informal estão criadas e encontram os seus alicerces nos inquéritos estruturais e no esquema de compilação das contas nacionais de acordo com o SCN-93, desenhado para toda a economia, incluindo os sectores institucionais. O que deve ser feito no curto prazo é consolidar a informação existente e no longo prazo, estabelecer, progressivamente, as condições para:

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

- O desenho de amostras representativas de estabelecimentos informais a serem estudadas, salvaguardando a estabilidade mínima e permanência na mesma actividade para que se possa obter dados mais consistentes;
- a observação estatística continua e sistemática das unidades seleccionadas; e
- a integração dos dados obtidos no sistema de contas nacionais.

Em certa medida o método usado por Portugal é valido para o estudo de algumas características sobre o emprego, mas ainda ficam de fora aspectos sobre o rendimento, despesas, preços de produção e de comercialização, incluindo os preços do mercado de factores, etc.

IV

MEDIÇÃO DO SECTOR INFORMAL

4.1 Introdução

Ao definir-se o sector informal viu-se que este era composto por empresas de tipo familiar, produzindo em pequena escala, com um número reduzido de trabalhadores, incorporando ainda trabalhadores familiares sem remuneração onde não há abstracção clara entre a esfera dos interesses da família e dos negócios. Esta definição permite separar as actividades da economia informal no conjunto das actividades económicas desenvolvidas pelo sector institucional das famílias na classificação do SCN.

O objectivo deste capítulo é de apresentar as etapas que deverão ser seguidas para se obter um estudo mais completo da economia informal, considerando as principais fontes de informação, a estatística e a integração no Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas, versão de 1993.

4.2 Fontes de Informação de Base

O INE, tem realizado inquéritos sobre Receitas e Despesas das famílias e Demográficos que são fontes (únicas oficiais) indispensáveis, mas não suficientes, para o estudo das actividades da economia informal.

A importância destes inquéritos deriva da sua cobertura, que é nacional,⁵ o que permite fazer uma análise global da actividade informal no país. Neste processo, os inquéritos às famílias são úteis porque representam amostras das várias características das actividades económicas exercidas pelas famílias, o que permite extrair da unidade familiar elementos que não se podem observar através dos inquéritos às empresas.

⁵ O IDN e o IAF91, como resultado da guerra civil não tiveram uma cobertura nacional.

Os inquéritos demográficos nacionais, embora sejam orientados para observação de fenómenos sociais, fornecem um conjunto de dados sobre as actividades económicas das famílias, úteis para análises cruzadas com outras fontes.

Embora a informação não seja completa, pelo facto de que a obtenção de dados específicos diferentes dos demográficos é limitada devido ao carácter estrutural do inquérito, é possível obter uma imagem da estrutura do sector informal; por exemplo, indicadores sobre o tipo de actividade exercida pelas famílias, tipo de emprego, dados sobre formação, podem ser extraídos do IDN.

A outra fonte de informação são os inquéritos directos, do tipo areal, dirigidos às empresas e aos trabalhadores, do tipo do inquérito piloto realizado pelo INE em Vilankulo. Estes inquéritos podem ser realizados com custos mínimos e obter-se indicadores sobre o emprego bastante válidos (Ardeni 1997). Contudo, estes dados podem ser também obtidos dos inquéritos aos agregados familiares que contenham componentes específicos sobre o emprego e produção, direccionados para os estabelecimentos informais seleccionados de forma amostral, contendo questões específicas de acordo com os indicadores de análise pretendidos para a pesquisa. Destes inquéritos podem se obter resultados sobre o desempenho económico do sector informal que leve ao desenvolvimento de um banco de dados e o aperfeiçoamento de técnicas estatísticas de recolha e interpretação de dados sobre o sector informal cada vez mais compatíveis.

A outra fonte importante e a ser explorada, no estudo do sector informal, é o inquérito económico às unidades produtivas, formando ficheiros actualizados de grandes e pequenas unidades produtivas. Porém, para que a realização de um inquérito económico, com esta categoria, incluindo as unidades pequenas seja possível, em Moçambique, é condição necessária que se realize anteriormente um recenseamento às unidades produtivas, porque o ficheiro de empresas do INE não permite a extracção de amostras fiáveis sobre as unidades económicas pequenas existentes no país, como resultado do facto dos registos estarem orientados para a recolha de dados sobre as unidades de maior dimensão económica.

4.2.1 Fonte de Dados usadas no Presente Estudo

As fontes de dados, utilizadas para o desenvolvimento deste trabalho, foram os dados populacionais e de ocupação por actividade económica contidas no IDN-INE, Os dados sobre receitas e despesas do IAF, Ficheiro de Empresas e outras bases de dados complementares sistematizados nas folhas de cálculo para a elaboração das contas nacionais.

Os dados do IDN permitiram identificar as características da população de acordo com a posição que ocupa nas diferentes categorias de trabalho (remunerado, conta própria, etc.) e a natureza das actividades económicas onde as pessoas desenvolvem as suas actividades (agricultura, pesca, indústria e mineração, etc.).

O IDN é a investigação demográfica mais importante realizada em Moçambique, para uma avaliação das características da população, depois da viragem do sistema político (de uma economia centralizada para uma economia de mercado). Porém, devido as condições de instabilidade política vividas durante a guerra civil, as observações foram feitas só nas áreas não abrangidas pelo conflito, isto é, em 10 principais cidades e Maputo, mas depois foi extrapolado para toda a população.

Os resultados das projecções feitas nessa altura mostram que em 1991 a população de Moçambique era de 14.4 milhões de habitantes, dos quais foram observados de forma amostral 8.6 milhões.

O objectivo principal do IDN foi determinar o tamanho da população, as principais características demográficas, distribuição geográfica e características de emprego; apresentando-se como limitação a fraca cobertura do inquérito devido as dificuldades de acesso às zonas afastadas e de pouca segurança. Por este facto, os resultados permitem apenas tirar algumas conclusões ilustrativas.

O IAF, complementou a observação da população com os dados dos valores das transações de receitas (pelo trabalho remunerado e conta própria) e despesas por origem (compra ou autoconsumo), que permite o registo dos fluxos económicos. O IAF realizado em 1996 foi um inquérito orientado ao estudo das condições de vida da população moçambicana com vista a permitir a concepção de políticas orientadas ao alívio à pobreza, para além de dar uma imagem mais realística do desenvolvimento económico e social com base na observação estatística do comportamento económico das famílias. Este inquérito cobriu as áreas rurais e

urbanas, a nível nacional, e permitiu extrair informação sobre as despesas dos agregados de acordo com a sua origem. Relativamente a amostra de 1991 esta apresenta uma investigação mais completa e uma maior cobertura nacional.

Outra fonte de dados analisada foi o Ficheiro Central de Empresas, que é um registo sistemático das unidades produtivas, com dados sobre ramos de actividade por unidade económica e pessoal ocupado no momento de registo estatístico da empresa. Porém esta base de dados foi construída tendo em conta as unidades produtivas maiores, na medida em que os dados são obtidos dos registos administrativos das diferentes instituições do governo, que normalmente tutelam e têm interesse administrativo nas maiores unidades produtivas (unidades com maior número de trabalhadores). Usando esta fonte, é possível conhecer, com certa aproximação, o número de unidades produtivas e o pessoal ocupado das unidades produtivas mais importantes, mas as unidades de menor tamanho, não têm representatividade estatística.

O Ficheiro Central de Empresas é actualizado, sistematicamente, de modo a incorporarem-se novas unidades produtivas e verificar-se a permanência ou não na mesma actividade das empresas registadas anteriormente.

Contudo, a partir da observação da informação estatística diversa pode-se concluir que existe complementaridade entre as diferentes fontes de dados, para a elaboração das contas nacionais e análise da actividade informal. Senão vejamos: enquanto que o IDN apresenta um universo da população e suas características demográficas; o IAF apresenta as características económicas dos estratos demográficos. Todavia, na observação das diferentes fontes de dados disponíveis conclui-se que o IAF96, realizado a nível nacional permite uma melhor análise comparativa por possuir uma informação mais abrangente.

O IFR que apresenta uma amostra de 60 distritos com uma representatividade nacional e permite extrair informação sobre a produção por cultura para além do destino da produção, mercantil ou autoconsumo, enquanto que o IAE permite obter dados contabilísticos das empresas, relativamente ao desempenho do exercício económico, e considera como base os balanços e os mapas de demonstração de resultados.

Com vista ao melhoramento da informação estatística, o INE procedeu a mudança do ano base de 1991 para 1996, na elaboração das contas nacionais (ver anexo2), com a finalidade de aplicar com maior rigor as recomendações do SCN, o que permitiu a elaboração

das contas de produção, distribuição de rendimentos, acumulação e contas financeiras. Neste processo foram fontes de informação o RGPH, o IAF 1996, para além da consideração de outras fontes como é o caso do IFR 1993, 1994 e 1996, feito pelo Ministério de Agricultura e Pesca e o IAE 1996, que faz parte dos inquéritos correntes do INE às empresas mais representativas do país.

4.2.2 Conteúdo dos Dados das Unidades Observadas

Um estudo do sector informal feito sistematicamente deveria cobrir diferentes aspectos das unidades inquiridas de maneira que:

- Possam permitir a sua *identificação* precisa e clara, dentro das demais unidades institucionais;
- verifique, confirme e esclareça os pressupostos teóricos existentes sobre as suas *características* económicas e sociais;
- forneça *dados* economicamente significativos para a análise da sua contribuição na economia do país e as diferentes características que permitam o desenho de políticas para a integração do sector informal no sistema económico;
- permita *identificar* e separar as transações realizadas na família, nas suas funções de unidade consumidora e unidade produtora; e
- forneça dados sobre as *características económico-sociais* das famílias e seu relacionamento com as actividades informais.

Deste modo, no processo de recolha de dados é importante que sejam feitos esforços para se dispôr de dados significativos e estruturais, priorizando as exigências do SCN e incluindo dados sobre:

- Processo de produção que permitiriam elaborar a conta de produção das unidades produtivas, incorporando dados que permitam cobrir as deficiências actuais de sub-avaliação do PIB.

- Geração de rendimentos correspondentes ao registo segundo o sistema dos salários pagos tantos em dinheiro como em espécie, impostos e taxas, lucros obtidos, etc.
- Distribuição de rendimentos, incluindo os lucros recebidos e pagos dos negócios; os juros pagos e recebidos; os custos com os serviços de seguros se houver, etc.
- Acumulação, operações que estão relacionadas com investimentos, seja em instalações novas, tanto em compra e venda, incluindo a situação patrimonial, activos e passivos, dívidas e capital.

A informação contida nos inquéritos às famílias, por exemplo, válida para o estudo das actividades desenvolvidas pelo sector informal, relaciona-se com:

1. Ocupação dos Membros do Agregado Familiar

- Fonte de Receitas
- trabalho dependente (remunerado) ou independente (conta própria)
- patrão
- trabalhador familiar não remunerado

2. Condição de trabalho

- Actividade económica que exerce
- horas trabalhadas por dia, por semana, por mês
- horas fixas tabalhadas por dia, semana, mês
- estabilidade no emprego
- segurança social
- tipo de remuneração (fixa ou por tarefa)
- regularidade de pagamento
- valor da remuneração
- valor dos rendimentos líquidos (para conta própria)
- local onde é exercida a actividade (oficina, escritórios, ambulante, moradia, etc.)

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

Partindo do conceito segundo o qual estão incluídos no sector informal trabalhadores familiares sem remuneração e proprietários de pequenos negócios sem trabalhadores ao seu serviço (conta própria) procede-se a identificação de tais unidades abrangidas pela classificação no sistema. Contudo não há nenhuma indicação de que as actividades sejam principais ou secundárias, de modo a identificar-se a pluriactividade.

Dos dados analisados do IDN, em termos de ocupação por actividade pode-se distinguir:

- Remunerados;
- trabalhadores por conta própria;
- trabalhadores familiares não remunerados;
- empregados e patrões;
- empregados domésticos; e
- outros (onde se incluem as não respostas).

O Quadro. 5 estabelece as relações que podem ocorrer entre a população e a actividade informal. Embora não seja possível a partir desta fonte de dados, muito limitada nos detalhes das características de ocupação, identificar com clareza os estratos ou grupos de trabalhadores por áreas institucionais.

Quadro. 5 Relação entre Tipos de Ocupações e as Actividades Informais

Natureza de Trabalho	Relação com a Actividade Informal	Sector
Trabalhadores remunerados	No geral trabalhadores formais. Há casos de micro-empresas que podem ser formais ou informais	Formal
Trabalhadores por conta própria	Trabalhadores independentes, sem empregados ao seu serviço. Geralmente unidades económicas informais .	Informal
Trabalhadores familiares sem remuneração	Podem ser incluídos no sector informal, não auferem salário independentemente da natureza do trabalho.	Informal
Empregadores e patrões	Excluídos da categoria por conta própria, proprietários de capital; podem ser formais ou informais.	Formal\ Informal
Empregados domésticos	Categoria especial, pela natureza do trabalho; o empregador é a família.	Excluído

Em princípio, as micro-empresas, definidas de acordo com o número de trabalhadores, podem ter estatuto legal (actividade formal) ou não (actividade informal), podem produzir tanto com pessoal limitado ao proprietário da empresa e familiares (informal) como, ter mão-de-obra remunerada (formal ou informal), permanente ou eventual. Assim, do ponto de vista de ocupação do IDN, a economia do sector familiar é constituída por unidades produtivas, sem estatuto legal e com:

- i) Trabalhadores por conta própria;
- ii) pessoal remunerado;
- iii) pessoal familiar não remunerado;
- iv) combinação de ambas situações; e
- v) ocasionalmente com patrões.

Em oposição a situação anterior, as unidade formais incluiriam:

- i) Trabalhadores remunerados; e
- ii) empresários.

Portanto, a limitação principal do IDN, neste sentido, decorre do facto de que partindo do número de assalariados ou remunerados não é possível identificar o tamanho das unidades produtivas onde as pessoas prestam serviços de tal forma que seja possível aproximar o conceito de trabalhadores ao critério institucional; unidades grandes, considerando o número de trabalhadores (sector formal), unidades pequenas, menos de 10 trabalhadores (sector informal). Mais ainda, não é possível identificar se os operadores são empresas ou famílias.

4.3 Observação Estatística

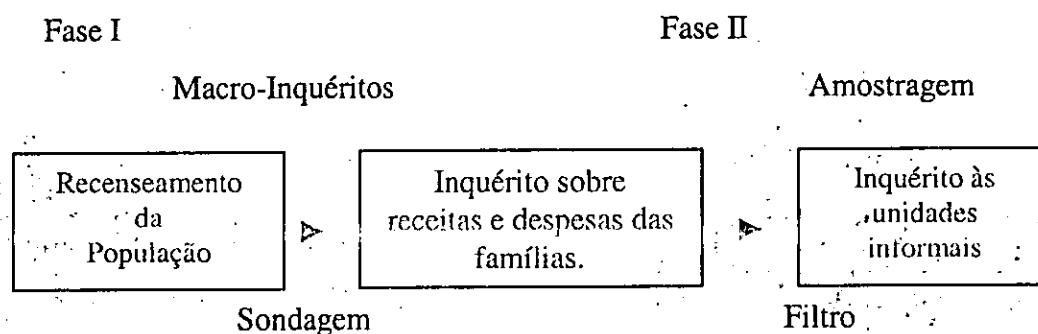
A Observação Estatística é bastante importante no estudo da economia informal pois é na base da observação que se obtêm a informação sobre a identificação e comportamento económico das unidades de produção informais. Através da observação estatística, e segundo

a natureza de informação que se pretende obter, são desenhados inquéritos que constituem a fonte básica de informação para o cálculo do tamanho (peso) do sector informal na economia.

Para permitir uma melhor cobertura e representatividade, a observação da actividade informal deve resultar de uma combinação entre dados macro-estatísticos, (recenseamento) e inquéritos gerais (sobre receitas, despesas, nível de vida), que permitam obter uma visão agregada, geral e global sobre a situação socio-económica nacional, e os resultados de inquéritos amostrais orientados para os estabelecimentos informais, que permitam obter dados sobre o comportamento económico destes agentes, em termos de produção, emprego, etc..

Partindo das fontes existentes pode-se ordenar a realização de um estudo sistemático de acordo com o seguinte esquema:

Quadro. 6 Fases de Observação do Sector Informal



Fonte: Santos 1994

Os recenseamentos populacionais, na primeira fase, permitem obter informações sobre o universo da população com as suas características demográficas, sociais e económicas que permitem a realização de amostras e actualização de mapas cartográficas para a realização mais eficaz dos inquéritos às unidades familiares.

Na segunda fase, os inquéritos às famílias, devem constituir um conjunto de questionários que formam um sistema de inquéritos com um desfasamento de cinco anos para os inquéritos agregados mais abrangentes (os inquéritos nacionais devem ter uma composição de questões demográficas, sociais e económicas sobre a vida das famílias), e numa base anual orientar inquéritos específicos às unidades de produção informais em pequenas amostras, que permitam produzir diferentes indicadores sobre emprego e desempenho económico das actividades informais.

Os inquéritos às famílias são inquéritos de estrutura, que permitem obter dados globais incluindo actividades formais e informais, enquanto que os inquéritos aos estabelecimentos informais apresentam questionários mais específicos dos quais se podem obter características mais objectivas das actividades informais, de acordo com a ênfase pretendida na pesquisa. A título de exemplo se se pretende obter dados mais precisos sobre as actividades informais para certos ramos de actividade, seja pesca, latoaria ou carpintaria os inquéritos estatísticos macro, como os inquéritos às famílias já não poderão fornecer dados detalhados por serem inquéritos estruturais, porém dos inquéritos orientados a actividade informal poder-se-á obter características mais detalhadas.

4.4 Abordagem Analítica Segundo SCN93

O SCN93, propõe, um conjunto de bases e princípios que incluem nomenclaturas e conceitos para o registo sistemático das transações económicas. Esta classificação distingue na nomenclatura de agentes económicos, a classificação institucional que a seguir se apresenta, tal como foi visto no capítulo introdutório:

- *As Sociedades não Financeiras*: legalmente, constituídas com o objectivo de produzir bens e serviços para o mercado, com a finalidade de obter lucros, organizados em diferentes ramos de actividade económica.
- *as Sociedades Financeiras*: instituições dedicadas a intermediação financeira através da gestão de fundos (recursos financeiros) dos agentes económicos com a finalidade de dispô-los aos agentes interessados e obter receitas a partir da diferenciação das taxas de juro ou prémios e indemnizações, este sector inclui, principalmente, bancos e seguros..
- *o Governo*, instituição que tem como função o fornecimento de serviços colectivos (administração, educação, saúde) que as sociedades financeiras e não financeiras não são capazes ou não tem interesse em fornecer, como meio de redistribuir os recursos criados no país.

- *as Famílias*, conjunto de indivíduos, cujas funções principais são de consumir e fornecer força de trabalho para a actividade produtiva mas que desenvolvem, também, a função de produção em unidades empresariais pequenas. O SCN, assume que a função produção em uma economia moderna é uma função das unidades organizadas em Sociedade.
- *os Organismos Sem Fins Lucrativos*: instituições ou associações que servem às famílias, sem ter como objectivo o lucro empresarial, são mais conhecidas como Organizações Não Governamentais (ONG's); e
- *o Resto do Mundo* constituído pelo conjunto de transações entre residentes e não residentes do país SCN(1993).

Na análise da participação e influência dos agentes económicos na economia do país, o conceito mais importante e determinante de observação é a *função produtiva*. "De uma forma geral, a produção pode ser descrita como uma actividade pela qual a empresa consome bens e serviços para produzir outros bens e serviços que possam ser distribuídos ou fornecidos a outras unidades institucionais" (SCN 1993:169). As actividades incluídas na fronteira de produção do sistema podem ser resumidas como se segue:

- a) Produção de bens e serviços individuais ou colectivos, que são fornecidos à unidades que não de seus produtores;
- b) produção por conta própria de bens que são retidos pelos produtores para seu próprio consumo final ou formação bruta de capital;
- c) produção por conta própria de serviços de arrendamento de imóveis pelos proprietários; e
- d) a produção de serviços pessoais e domésticos." (SCN 1993:171)

Exclui-se da produção os serviços pessoais ou prestados a si próprio ou à família, como a limpeza, serviços de manutenção, pequenas reparações levadas a cabo pelas famílias, a preparação de refeições, cuidar das crianças, cuidar dos doentes ou idosos, etc. Como se pode observar, a definição de produção é abrangente e não distingue os agentes económicos, modos ou meios utilizados na actividade produtiva; como características básicas, são bens e serviços,

têm de ser capazes de satisfazer necessidades individuais (ou colectivas) ou ser utilizados para produzir outros bens e serviços, por um outro agente diferente do produtor. Existe um mercado onde se pode fazer a transferência para outra unidade institucional, e têm um valor de troca.

4.4.1 Métodos de Cálculo do Sector Informal segundo o SCN

Para o cálculo da economia informal, o SCN propõe “três ópticas, realizadas em simultâneo, e conduzidas de modo independente- *rendimento, despesa e produção*. Trata-se de uma abordagem do sector que é coincidente, do ponto de vista metodológico, com o processo de avaliação do PIB no quadro do SCN” (Robaud e Seruzier 1992:62-3).

A *óptica do rendimento* fundamenta-se nas informações das unidades institucionais, recorrendo a utilização de dados contabilísticos destas unidades ou informações fiscais, caso existam. É uma abordagem vocacionada para avaliar os dados das unidades registadas em diferentes ficheiros administrativos. Permite também dispôr de dados para avaliar os níveis de fraude e subdeclaração, e tirar características estruturais das unidades por estratos. O que ocorre é que os registos administrativos fiscais são fracos na observação dos produtores não registados, micro-empresas. Portanto, tem de se recorrer a outros registos administrativos para confrontar dados que permitam medir certas características particulares da economia não registada.

A *óptica da despesa*, desenvolve-se na base do mercado de bens e serviços a partir dos equilíbrios recursos-empregos. Esta abordagem consiste fundamentalmente, na integração da informação estatística relativa aos empregos finais de bens e serviços, para os quais se elaboram sistematicamente equilíbrios de oferta e procura que permitem determinar, primeiro, a dimensão dos valores *registados* no processo produtivo (segundo os inquéritos) e em segundo lugar, em comparação com a procura determinar-se o tamanho da produção *não registada*. Para esta aproximação são utilizados inquéritos aos agregados familiares e outros elementos estatísticos que descrevem os fluxos de bens e serviços, com base nas unidades registadas referenciadas anteriormente.

A *óptica da produção* baseia-se na análise do processo de criação do valor acrescentado a nível de actividades económicas, ou seja, é desenvolvida articulando funções que expressam a combinação de factores de produção, como combinação de insumos, trabalho e capital. Para esta medição tem de se combinar dados sobre força de trabalho e produtividade por actividade económica e por extractos, os meios de produção circulantes e imobilizados utilizados no processo produtivo, Robaud e Seruzier (1992).

Moçambique está na fase de introdução do SCN no cálculo das contas nacionais. Tendo sido desenvolvido o cálculo do PIB nas ópticas de Produção e da Despesa. A incorporação da óptica do rendimento está sujeito a elaboração das contas dos sectores institucionais. Foram até agora elaboradas as contas das famílias com base no IAF e as contas das instituições financeiras. Em relação as outras contas foi feito o desenho do marco de compilação e está em processo a sua elaboração.

Este cenário mostra que apesar de Moçambique estar ainda a implantar o SCN93, no cálculo de indicadores macro-económicos agregados, já existem condições para a estimativa do sector informal, pela óptica da despesa, por já ter sido feita a recolha de dados para a elaboração das contas nacionais e ter sido constituído o sector famílias.

4.5 Aspectos Relevantes do Processo de Medição do Sector Informal

Neste capítulo importa reter que a observação estatística é o método base para a recolha de informação através da utilização de inquéritos às famílias que incluam componentes específicos sobre emprego e desempenho da economia informal. Neste processo é necessário ter em consideração a necessidade de se compatibilizar os dados de acordo com as recomendações do SCN, para eliminar as limitações que a maior parte das bases de dados actuais possuem.

No processo de estudo do sector informal é necessário considerar duas dimensões de observação:

- A estrutura geral do sistema, por meio de inquérito populacionais;
- A dimensão específica do sector com o sistema de inquéritos às famílias.

Os inquéritos populacionais e os inquéritos às famílias permitem obter informação de estrutura mais geral. Com a criação de um sistema de inquéritos às famílias, é possível desenvolver inquéritos anuais com componentes específicos sobre o detalhe do comportamento de pequenas amostras de unidades informais.

Em relação ao enquadramento teórico é de se reter que o SCN contém um conjunto de nomenclaturas de classificação e enquadramento das diferentes actividades do sector informal e que o sistema estabelece uma diferenciação entre economia formal, economia informal, ilegal, subterrânea, onde considera que nas actividades informais não há um interesse deliberado de fuga ou evasão ao pagamento de obrigações fiscais, aspecto que o diferencia da economia subterrânea e ilegal.

Através do SCN93, utilizando o mesmo processo de avaliação do PIB, das contas nacionais, é possível determinar a contribuição da economia informal na economia do país, sendo proposta a integração no sector das famílias. Nesta fase, em Moçambique, como método de cálculo, a óptica da despesa é a mais recomendável, por se dispor de dados sobre receitas e despesas das famílias e outras informações que contêm fluxos de bens e serviços.

V

**ESTIMATIVAS DA CONTRIBUIÇÃO DO SECTOR INFORMAL NO
PIB USANDO O IAF E O IDN**

5.1 Introdução

Esta parte do trabalho, apresenta as principais constatações resultantes da análise cruzada dos diferentes dados disponíveis e utilizados na elaboração das contas nacionais, ano base 1991. Começando por dar uma imagem geral da economia, recorrendo a informação estatística disponível, para depois desenvolver a análise dos resultados baseados nos inquéritos à população e inquéritos sobre receitas e despesas (IDN e IAF), fundamentalmente.

É preciso considerar que, na elaboração das contas nacionais, utilizando o método de equilíbrios por produto (ou tabelas de recursos e empregos), inclui-se, implicitamente, a actividade informal. Embora possam ser excluídos no processo, certas actividades ilegais (fabricação ou distribuição de drogas, importação ilegal, exportação de pedras preciosas, etc)

5.2 Ficheiro Central de Empresas

O Ficheiro Central de Empresas é uma base de dados que tem informação sobre identificação da empresa, ramo de actividade, pessoal ao seu serviço, e tamanho da empresa que se determina em função do número de trabalhadores. Este ficheiro foi analisado a luz da definição de informalidade segundo o qual constituem actividades informais as desenvolvidas por micro-empresas com um número reduzido de trabalhadores (até 10 trabalhadores).

O cadastro empresarial é um ficheiro activo que contém empresas novas, confirmadas existirem e empresas que saíam do sistema. Nesta tabela foi feita a distribuição das empresas

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

por intervalos, em função do número de trabalhadores e nesta base foi calculada a estrutura % das empresas do sector informal.

Com base neste ficheiro, cujos resultados estão apresentados na tabela 2, foi possível constatar que das 14476 empresas registadas em 1996, 7368 foram confirmadas existirem operando ou como novas inscrições. E deste total, 49.1% tinham menos de cinco trabalhadores e 25% de cinco a dez trabalhadores. O registo total de pessoal ocupado por empresas era de 185786 trabalhadores.

As empresas que empregavam mais de 100 trabalhadores correspondiam a 4.3% do total, ié, 318 empresas e tinham ao serviço 63.7% em termos de pessoal ocupado.

Tab. 2 Ficheiro Central de Empresas 1996

Intervalos por pessoas ocupadas	Número de Empresas	Estr. % de Empresas	Pessoal Ocupado	Est% de Pessoas Ocupadas
1 a 4	3620	49.1	9297	5.0
5 a 10	1843	25.0	12626	6.8
11 a 20	732	9.9	10685	5.8
21 a 99	807	11.0	34784	18.7
100 a +	318	4.3	118394	63.7
NEP	48	0.7	0	0.0
Total	7368	100.0	185786	100.0

Fonte:INE-Cadastro de Empresas

Se se considerasse a definição de informal segundo o número de trabalhadores empregues, (menos de 10 trabalhadores por unidade produtiva) com base no cadastro, ter-se-ia que mais de 70% das empresas registadas até 10 trabalhadores, em Moçambique, através do Ministério de Trabalho e do Ministério da Indústria e Comércio, pertencem ao sector informal. Contudo os dados do IAF96 mostram que a população empregada pelas empresas é de cerca de 312497 trabalhadores, 68.2% superior ao registo do cadastro de empresas. Isto sugere que o ficheiro de empresas não apresenta uma boa cobertura total de empresas, embora parte desta diferença possa ser explicada a partir das diferenças na definição de empresa. O que se passa é que o Cadastro, tal como foi dito anteriormente, resulta de registos administrativos, destinados à recolha de dados sobre as unidades de grandes volumes de

produção e de maior número de trabalhadores que constituem as unidades de maior interesse para o governo, por conseguinte, as que resultam maior volume de receitas fiscais.

5.3 Estimativa do Sector Informal com base no IDN e IAF91

Neste capítulo far-se-á a análise dos resultados obtidos dos dados do IDN e do IAF91. Porceder-se-á a análise da população para a determinação do emprego, da produção e do valor acrescentado. A comparação dos resultados será feita por forma a mostrar a contribuição do sector informal quer para o emprego, produção e para o valor acrescentado.

5.3.1 Contribuição do Sector Informal no Emprego

Com base na informação da tabela. 3, extraída dos resultados do IDN, pode-se depreender que o total da população ocupada do país em 1991 foi de 6734406 dos quais 5915265 (87.8%) trabalha na actividade agro-pecuária e só 12.2% nas actividades não agropecuárias. Do total da população ocupada do país, 669943 trabalham como empregados. Trabalhavam em negócios por conta própria 2634240. As famílias consumiam 3401745 trabalhadores. Do total do pessoal remunerado, 8.7% estava na agricultura.

Tab. 3 Distribuição da População por Sector e Categorias de Ocupação em 1991

	Total	Remunerados	Conta própria	Trab. Familiar. Não remuner.	Patrão
Total	6734406	669943	2634240	3401745	28478
Agropecuário	5915265	58146	2506428	3343937	6754
Não Agropecuário	819141	611797	127812	57808	21724
Total %	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Agropecuário %	87.8	8.7	95.1	98.3	23.7
Não Agropecuário %	12.2	91.3	4.9	1.7	76.3

Fonte:INE- IDN

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

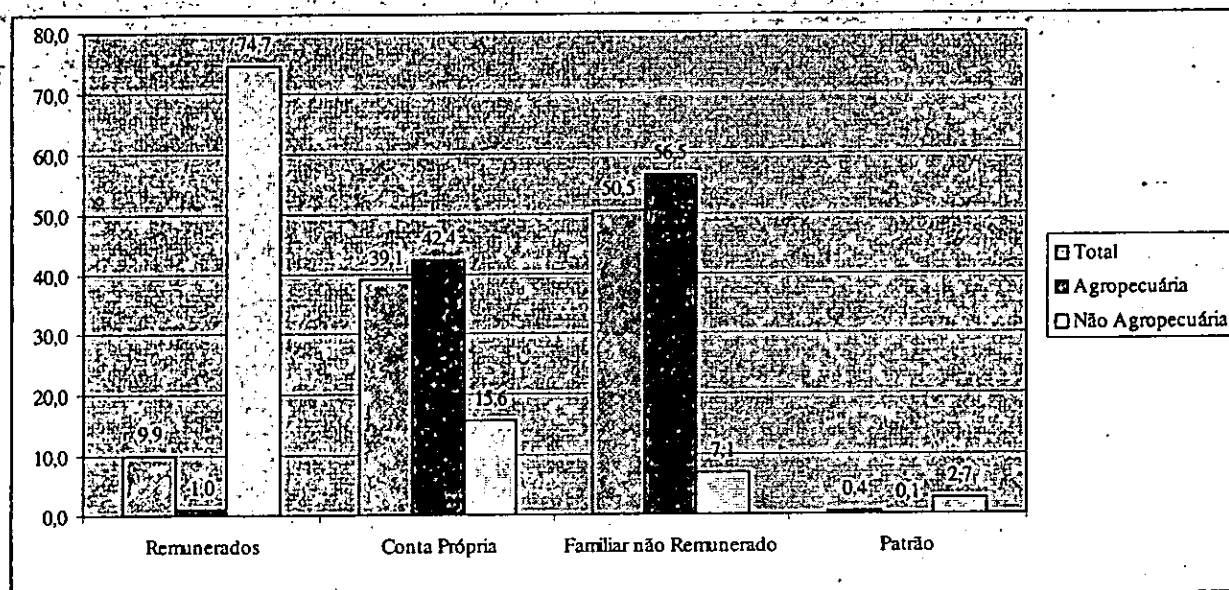
Segundo a tabela 3 extraída do IDN 23.7% do total de empregadores (Patrões) do país estão na actividade agro-pecuária e que teriam em média 9 trabalhadores.

Se se considerasse que a actividade informal no país é apenas constituída pelas actividades não agro-pecuárias, ter-se-ia, da leitura da tabela 3 que do total da população ocupada no país em 1991, só 2.8%, conta própria e trabalhadores mais familiares não remunerados pelo total do país, seriam considerados como parte do sector informal. Esta constatação levanta mais uma vez o problema do ponto de vista, do que é ou não informal.

É preciso recordar que a questão da informalidade levanta-se como um problema urbano, influenciado pelo crescimento da população urbana que não encontra condições mínimas de sobrevivência o que incentiva a criação de meios rudimentares para gerar rendimentos com recursos muito limitados.

Da análise do gráfico.1 observa-se que do total de trabalhadores não agro-pecuários, 74.7% são remunerados, e os trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares não remunerados (que seriam qualificados como informais) perfazem 22.7%.

Gráfico. 1 Distribuição % da População por Sector e Categoria de Ocupação, 1991



Fonte:INE-IDN

A Tabela 4 confirma o que foi dito no capítulo II sobre a incidência das actividades informais para os sectores de serviços, onde as exigências na qualidade do trabalho,

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

capacidade técnica e as necessidade de capital financeiro são mínimas, o que facilita a entrada e saída dos trabalhadores no sector.

Tab. 4 Distribuição % da População não Agro-pecuária, por Ramos e Categoria Ocupação, 1991

	Total	Remunerados	Conta própria	Trab. Famil. Não Remunerados	Patrão
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Pesca	3.2	3.6	3.2	0.3	2.9
Mineira	3.7	4.0	2.5	2.7	7.6
Ind. Transformadora	23.7	26.9	18.0	16.0	16.4
Electric. E Água	1.2	1.8	0.0	0.0	0.0
Construção	9.0	10.4	6.9	5.7	4.8
Comércio, Rest. E hotéis	27.0	17.2	51.2	42.0	28.0
Serviços Vários	32.3	36.2	18.2	33.3	40.2

Fonte: INE-IDN

Segundo a tabela 4 da população não agro-pecuária que trabalha por conta própria 51.2% dedicam-se ao comércio. A indústria transformadora apresenta cifras menores 18.0%, relativamente ao comércio, mas aproxima-se aos outros serviços 18.2%, o que confirma as afirmações anteriores relativamente as preferências dos operadores informais.

O comércio, que não exige nenhuma formação especializada e um mínimo de capital, tem uma grande facilidade de entrada e saída no sistema, apresentando no mercado produtos diversificados de consumo corrente pelas populações, com uma grande rotação o que permite, não só, um rápido retorno do capital investido, mas também, uma elevada rotação dos *stocks*. Isto deve-se ao facto de que o comércio exige um investimento muito baixo e um rápido retorno constituindo assim uma das grandes preferências para os agentes com poucos recursos financeiros.

O outro sector preferencial dos operadores por conta própria é o da prestação de serviços, de natureza diversificada, como é o caso dos meninos que ajudam a carregar os sacos nos mercados, onde o capital são as mão utilizadas no processo de prestação dos serviços; os agentes que investem em oficinas de automóveis ou artesanato onde o capital é o

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

equipamento investido, embora em muitos casos seja rudimentar e de fabricação própria. Os outros serviços incluem os cabeleireiros, modistas, sapateiros, pintores, etc.

A tabela 5 mostra que no sector não agro-pecuário, 66.3% dos trabalhadores são remunerados; 20.8% trabalham por conta própria e 9.4% são trabalhadores familiares não remunerados.

Tab. 5 Distribuição da População não Agro-pecuária, por Ramos e Categoria de Ocupação, 1991

	Total	Remunerados	Conta própria	Trab. Famil. Não Remunerados	Patrão
Total	100.0	66.3	20.8	9.4	3.5
Pesca	100.0	74.7	21.1	0.9	3.3
Mineira	100.0	71.9	14.0	6.8	7.3
Ind. Transformadora	100.0	75.4	15.8	6.4	2.4
Electric. E Agua	100.0	100.0	0.0	0.0	0.0
Construção	100.0	76.3	15.8	6.0	1.9
Comércio, Rest. E Hotéis	100.0	42.3	39.4	14.6	3.7
Serviços Vários	100.0	74.3	11.7	9.7	4.4

Fonte: INE-IDN

✕ O IDN não permite conhecer o número de pessoas remuneradas em pequenos negócios. Neste caso o mais próximo do que seria o sector informal, seria a população que trabalha por conta própria e os trabalhadores familiares não remunerados.

✕ Uma melhor aproximação da contribuição económica do sector informal, será obtida da análise dos resultados do IAF 96, que foi um estudo sócio-económico amostral desenhado na base dos resultados do IDN, orientado para a recolha de informação de carácter económico e social, aplicado em Maputo e nas principais dez cidades do país. Neste processo realizaram-se estimativas sobre as variáveis económicas das receitas e despesas para alargar os resultados à população rural contida nos 8.6 milhões de habitantes.

5.3.2 Contribuição do Sector Informal na Produção

No processo de cálculo da produção, as Contas Nacionais de Moçambique, optaram como método de cálculo distinguir a produção empresarial da produção⁶ familiar, de maneira que possa descrever-se com maior facilidade os componentes institucionais na produção do país.

Em Moçambique, a produção empresarial tem como fonte de informação para os cálculos, os inquéritos às empresas, onde se colectam dados relativos a quantidade e preços que se extrapolam com dados complementares sobre o emprego, população e outros registos administrativos. As estimativas, por produtos, organizam-se depois por ramos de actividades económica.

Para o ano base 1991, no cálculo das contas nacionais pelo INE, a medição do sector empresarial considerou a população ocupada registada no IDN. O cruzamento entre esta informação e os dados do ficheiro central de empresas daquela instituição permitiu a expansão da produção para o total da população, classificada em empresarial e produção familiar, a partir da produção registada nas diferentes fontes.

Por não haver informação precisa pressupõe-se que haja uma subavaliação na estimativa dos produtos tradicionais regionais e sazonais tais como a exploração de minerais pelos pequenos garrimpeiros; mas considera-se que as actividades mais importantes estão incluídas nas cifras oficiais do INE.

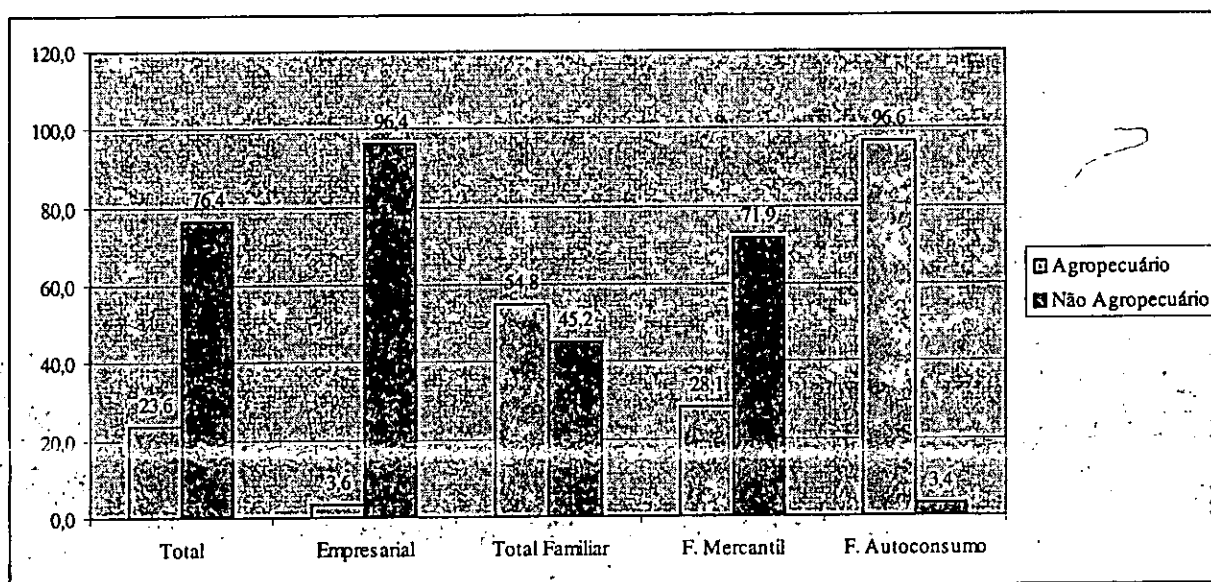
O SCN considera como produção familiar todos os bens que elaborados pelas famílias se sujeitam à compra e venda estando incluídos nos produtos que têm características semelhantes aos que fluem ao mercado (seja de origem empresarial ou familiar) e são produzidos para o consumo. Assim se estabelece um limite convencional onde se considera como produção agrícola os produtos básicos como milho, mandioca, mexoeira, a produção manufacturada, a produção de farinhas a partir destes produtos, transformados no domicílio para a venda no mercado e para o autoconsumo.

No caso dos serviços, só se considera produção os serviços que pela sua prestação há um pagamento efectivo (à excepção dos serviços de aluguer imputados às vivendas).

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

A partir do gráfico. 2 pode-se ver que o valor bruto da produção do país tem como componentes 23.6% de origem agro-pecuária e 76.4% de outros sectores. Da produção empresarial 96.4% correspondem aos produtos não agro-pecuários e apenas 3.6% a produtos agro-pecuários. Em contrapartida, nas famílias a maior percentagem (54.8%) corresponde a produção agro-pecuária (economia tradicional) e 45.2% é referente a produção não agropecuária, que neste caso constituiria a produção informal.

Gráfico. 2 Distribuição da Produção Empresarial e Familiar, por Sector 1991



Fonte: INE-IAF91

O gráfico 3 mostra que o sector empresarial produziu 60.9% do total do valor bruto da produção, enquanto que o sector familiar, no mesmo ano produziu 39.1% da produção, que correspondente a 86,9% da população ocupada total. Esta situação de facto, está condicionada dentre outros factores pelos níveis de produtividade dos trabalhadores e os preços relativos de seus produtos.

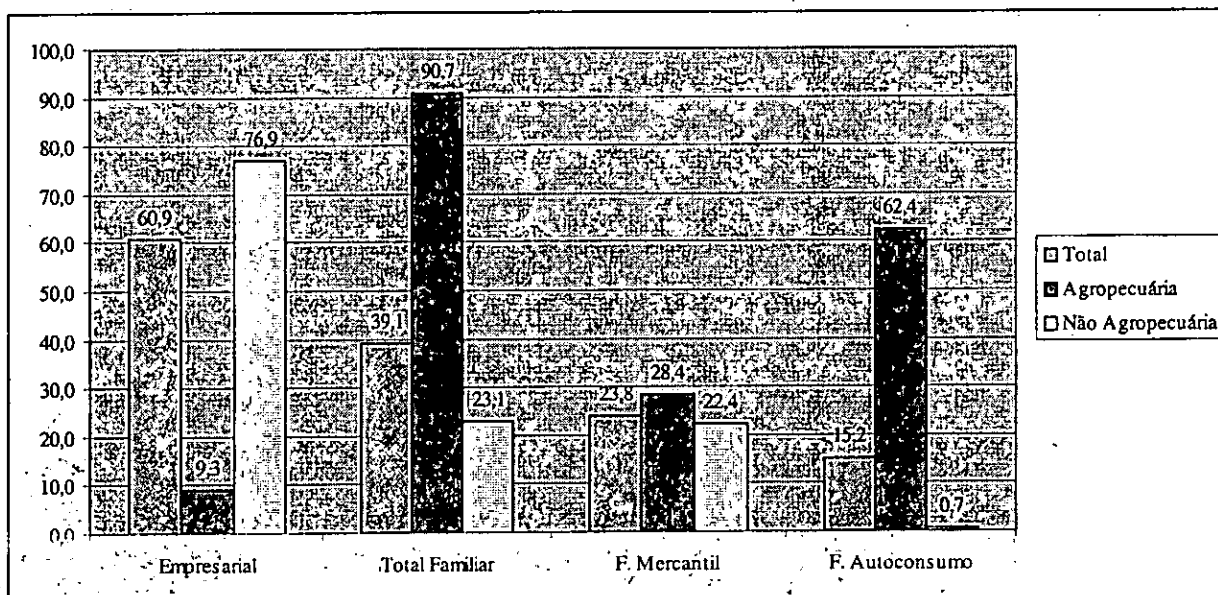
A partir do gráfico 2 pode se verificar que a produção das famílias está constituída por 54.8% de produtos agro-pecuários e 45.2% de produtos não agro-pecuários; segundo a metodologia das contas nacionais, os produtos não agro-pecuários incluem a transformação

⁶ Onde se considera produção "o processo físico, realizado sob a responsabilidade, controlo e gestão de uma unidade institucional, na qual o trabalho e capital são utilizados para transformar bens e serviços intermédios para produzir outros bens e serviços" (SCN 1993:6).

dos produtos agro-pecuários em produtos transformados, como o que ocorre com os diferentes tipos de farinhas, peixe seco, entre outros.

O gráfico 3 mostra que da produção agro-pecuária total 62.4% destina-se ao autoconsumo e que as famílias participam apenas 22.4% da produção não agropecuária comercializada.

Gráfico. 3 Estrutura % Produção por Sector, em Relação ao Total do País, 1991



Fonte: INE-IAF91

Esta situação mostra também o desenvolvimento ainda fraco da economia moderna, caracterizado por uma grande parte da população não estar integrada na dinâmica das transações entre unidades produtivas.

5.3.3 Estimativa do Valor Acrescentado por Sector

Neste ponto proceder-se-á a análise do valor acrescentado. Determinar-se-á a contribuição de cada um sector, começando por uma análise global para depois analisar a contribuição de cada ramo da actividade não agropecuária em relação ao total do sector.

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

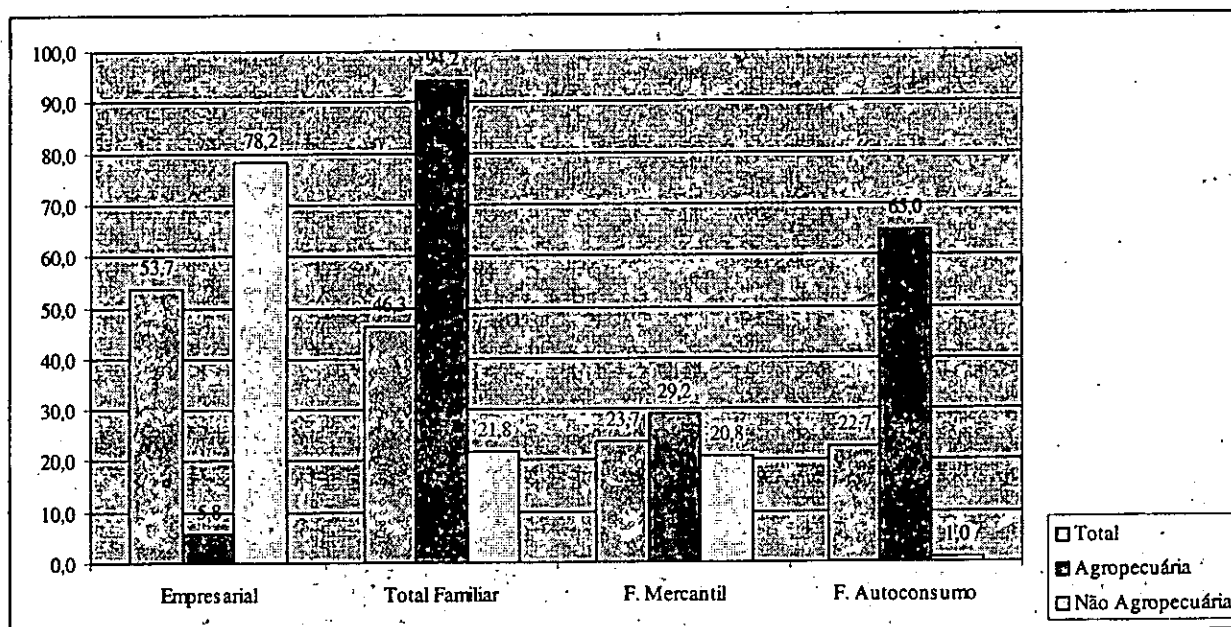
Tab. 6 Distribuição % do Valor Acrescentado, por Sector, 1991

	Total	Empresarial	Total Familiar	Familiar Mercantil	Familiar para Autoconsumo
Total, 10⁶ MT	2588653	1389730	1198923	612361	586562
Agropecuário	876849	50830	826019	256189	569830
Não Agropecuário	1711804	1338900	372904	356172	16732
Total %	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Agropecuário	33.9	3.7	68.9	41.8	97.1
Não Agropecuário	66.1	96.3	31.1	58.2	2.9
Não Agropec./Total	66.1	51.7	14.4	13.8	0.6

Fonte: INE-IAF91

A partir do Gráfico 4 pode-se verificar que do total do valor acrescentado gerado no país em 1991, o sector familiar participou com 46.3%. Outra constatação é que, proporcionalmente a produção é 39.1% (Gráfico 3). As famílias geram menor valor acrescentado 46.3% que o sector empresarial, a explicação é que, o recurso mais utilizado na produção é o trabalho, que apresenta uma produtividade menor relativamente aos outros factores usados no sector moderno.

Gráfico. 4 Estrutura % do Valor Acrescentado, 1991



Fonte: INE-IAF91

A Tabela 6 mostra que do Valor Acrescentado Total do país 14.4% correspondente ao valor acrescentado da produção não agro-pecuária das famílias. O que permite afirmar que se se considera que a parte informal da economia é medida através da produção não agro-pecuária seria de se concluir que a contribuição da produção informal para o total do valor acrescentado do país em 1991 corresponderia a 14.4%.

A tabela 7 mostra que a distribuição sectorial do valor acrescentado tanto na produção empresarial como nas famílias apresenta uma tendência genericamente similar, com excepções nas pescas e indústria. No primeiro caso maior contribuição é das famílias, enquanto que na indústria o sector empresarial apresenta cifras mais significativas, 16.9% contra 11.1% das famílias. As principais actividades criadoras do valor acrescentado no país são o comércio e os serviços.

Tab. 7 Distribuição do Valor Acrescentado por Ramos de Actividade, 1991

Descrição	Total	Empresarial	T. Famil.	F. Mercan.	F. Autoconsumo
Não Agro. Sem Gov.	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Pesca	5.8	4.3	11.6	8.2	83.9
Mineira	0.6	0.8	0.2	0.2	0.0
Ind. Transformadora	15.6	16.9	11.1	10.9	16.1
Electric. E Agua	1.2	1.3	1.0	1.0	0.0
Construção	8.8	8.5	9.7	10.2	0.0
Comércio, Rest. e Hotéis	39.0	38.5	40.5	42.4	0.0
Serviços vários	28.9	29.7	25.9	27.1	0.0

Fonte: INE-IAF 91

Esta situação reflecte o estado de desenvolvimento de todo o sistema, onde a maior parte do rendimento é gerado pelas actividades terciárias, cujo impacto no crescimento económico é mínimo dadas as poucas relações intersectorias incentivadoras de desenvolvimento.

5.4 Estimativa do Sector Informal com Base no IAF 1996

Neste ponto serão apresentados os resultados obtidos da análise dos dados obtidos do IAF96. Os resultados deste inquérito apresentam uma melhor cobertura relativamente ao IAF91, o que significa que os resultados constituem uma melhor aproximação, relativa aos resultados de 1991.

Para 1996 o emprego foi calculado do IAF96 e não com base no IDN como ocorreu na determinação do emprego para 1991.

5.4.1 Contribuição do Sector Informal no Emprego

Na tabela.8 é apresentada a distribuição da população ocupada por categoria de trabalho e sector em 1996, o que permite verificar que do total do pessoal ocupado do país, 54.4% está empregue em pequenas unidades de produção, que normalmente são negócios familiares. Destes, 34.3% em actividades agro-pecuárias e 65.7% em outras actividades, principalmente, nos serviços e comércio. Por outro lado, pressupondo que a população ocupada não agro-pecuária familiar é que opera no sector informal, teríamos que 65% da população remunerada pelas unidades familiares em actividades não agro-pecuária é, por defeito, incluída no sector informal.

Tab. 8 Distribuição da População Ocupada por Sector e Categorias de Ocupação, 1996

	Total			Fam. Cta	Fam. não	Patrao	Remunerada		% Pes
	Total	Remun	Famílias	Próp	remuner		Empres.	Famílias	Remu
	País		2+3+4	(3)	(4)	(5)	(1)	(2)	s
Total Pop.	7670989	684886	7338745	3630904	3335452	19747	312497	372389	
Agropecuário	6745825	131156	6737468	3304186	3305734	4749	3608	127548	
Não Agropec.	925164	553730	601277	32718	29718	14998	308889	244841	
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	
Agropecuário	87.9	19.2	91.8	91.0	99.1	24.0	1.2	34.3	
Não Agropec.	12.1	80.8	8.2	9.0	0.9	76.0	98.8	65.7	
Total	100.0	8.9	95.7	47.3	43.5	0.3	4.1	4.9	54.4
Agropecuário	100.0	1.9	99.9	49.0	49.0	0.1	0.1	1.9	97.2
Não agropec..	100.0	59.9	65.0	35.3	3.2	1.6	33.4	26.5	44.2

Fonte: INE-IAF96

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

A desagregação das categorias de classificação de 1996 com base no IAF permite uma melhor compreensão da situação, em relação aos dados de 1991, senão vejamos:

Tab. 9 Distribuição Total da População Ocupada por Categoria de Ocupação, 1996

	Total	Total Remun.	Empresa	Rem. p/ Famílias	Famílias Cta Próp	Famílias não remuner	Total Trab. Famílias	Empres a Patrão	% Pess. Remun Famílias
1991	6734406	669943			2634240	3401745		28478	
1991(%)	100.0	9.9			39.1	50.5		0.4	
1996	7670989	684886	312497	372389	3630904	3335452	7338745	19747	
1996(%)	100.0	8.9	4.1	4.9	47.3	43.5	95.7	0.3	54.4

Fonte: INE-IAF 96e IDN

Na tabela 9 pode-se notar que em 1996 a distribuição da população remunerada pelas empresas e pelas unidades familiares, possibilita um melhor dimensionamento das pequenas e microempresas que constituem o sector informal. Os dados do IDN não possibilitam a determinação da população ocupada pelos pequenos negócios como é o caso da população remunerada pelas famílias. Pode-se verificar da tabela 9 que em 1996 as famílias remuneraram cerca 4.9% e as empresas tiveram uma contribuição menor 4.1%.

Na tabela 10 apresenta-se a distribuição da população ocupada do subsector não agro-pecuário por actividades económicas de acordo com a relação contratual, que permite visualizar que em 1996, nas actividades não agro-pecuárias havia mais trabalhadores remunerados (52.4%) em relação aos trabalhadores por conta própria e não remunerados juntos.

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

Tab. 10 Distribuição % da População não Agropecuária por Ramo e Categoria de Ocupação, 1996

	Total			Famílias	Famílias	Patrao	Remunerada		% Pess
	País	Remun	Famílias	Cta Próp	não remuner		Empresa	Famílias	Remu
Total	100.0	52.4	77.1	41.9	3.8	1.9	21.0	31.4	59.9
Pesca	100.0	23.1	90.2	62.6	10.7	3.7	6.2	16.9	73.2
Mineira	100.0	85.5	92.7	14.2	0.3	0.0	7.3	78.3	91.5
Industria Transf	100.0	51.8	65.1	43.3	3.7	1.3	33.7	18.1	35.0
Electric. E	100.0	91.6	46.1	8.4	0.0	0.0	53.9	37.7	41.2
Agua									
Construção	100.0	59.2	67.5	35.3	3.2	2.2	30.2	29.0	49.0
Com, Rest, Hot	100.0	28.9	86.0	64.2	4.7	2.2	11.7	17.2	59.4
Serviços vários	100.0	79.4	75.7	16.7	1.9	2.0	22.2	57.1	72.0

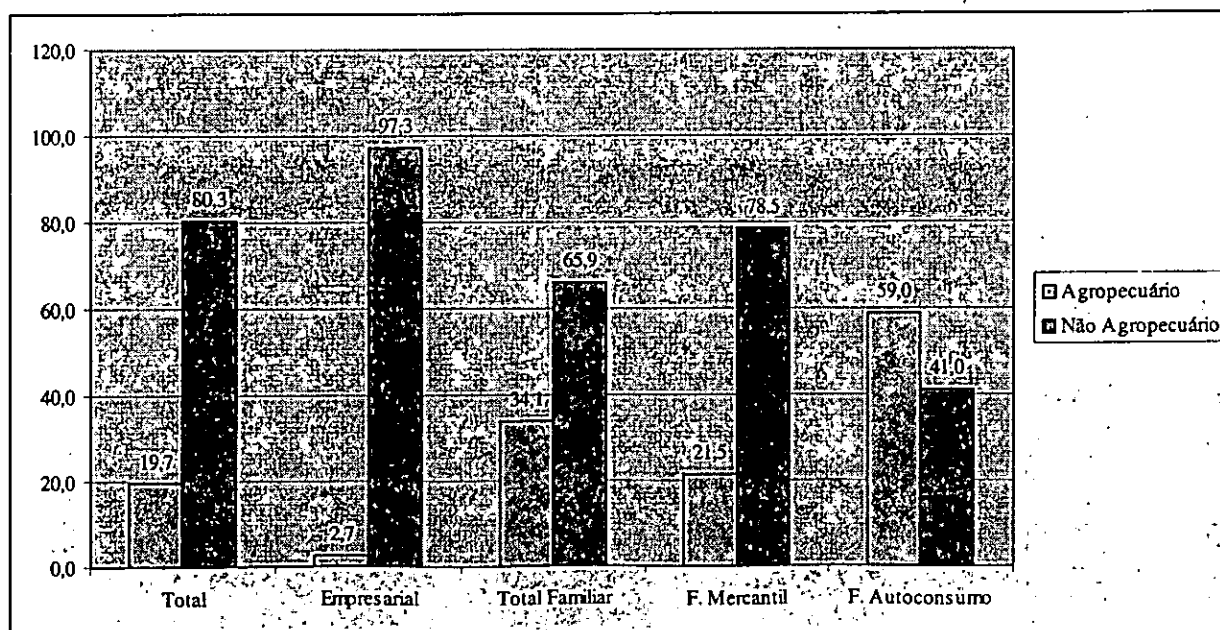
Fonte: INE-IAF 96

As actividades que apresentam um comportamento diferente do constatado anteriormente são o comércio e a pesca, onde os trabalhadores por conta própria constituem a maior parte. O pessoal remunerado total nas actividades realizadas pelas unidades familiares é em média 59.9% nas empresas de pesca, exploração mineira, comércio e serviços vários.

5.4.2 Contribuição do Sector Informal na Produção

Partindo do gráfico 5, pode-se depreender que 19.7% da produção total corresponde a actividades agro-pecuárias e 80.3% à produtos não agro-pecuários.

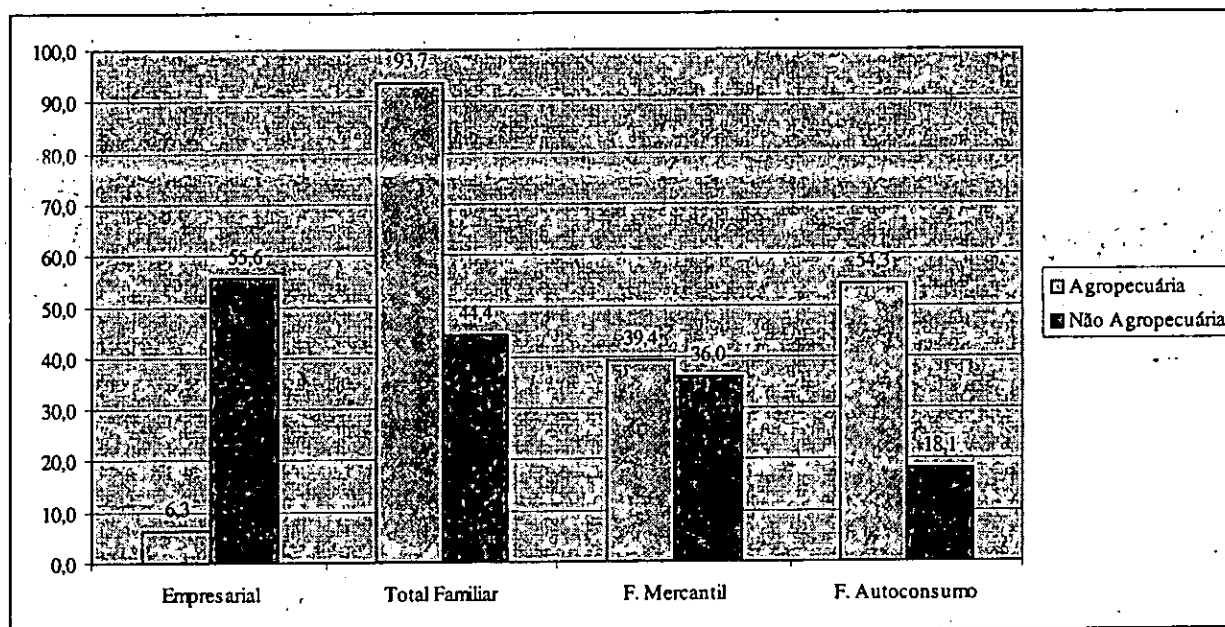
Gráfico. 5 Distribuição % da Produção Empresarial e Familiar, 1996



O gráfico 6 mostra que as famílias tem uma produção que corresponde a 54.3% da produção total, sendo que do total da produção familiar apenas 34.1%, de acordo com o gráfico 5, corresponde a produção agro-pecuária.

Dados adicionais, colhidos do INE, indicam que em média as famílias produzem para o seu auto consumo 51.3% da produção pesqueira (peixe fresco, peixe seco, camarão fresco e camarão seco) e 43.4% da sua produção industrial (farinha de milho e mandioca, carnes de aves e bebidas feitas em casa), correspondentes à produtos não mercantis que não originam fluxos monetários, note-se, porém, que esta produção é valorizada aos preços do produtor de produtos similares mercantis.

Gráfico. 6 Estrutura % da Produção por Sector, 1996



Fonte: INE-IAF96

A partir da tabela 11, pode-se depreender que 42.5% da produção familiar não agropecuária é comercializada e que a Indústria Transformadora coloca no mercado 26.2% da sua produção, enquanto que os serviços vários colocam 20.4% da sua produção no mercado.

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

Estes resultados não são diferentes da imagem apresentada pela produção não agro-pecuária do país onde os serviços, comércio e indústria transformadora, constituem 82.3%, de acordo com a tabela 11.

Tab. 11 Distribuição % da Produção não Agro-pecuária, Empresarial e Familiar, 1996

	Total	Empresa	Total Familiar	Famílias Comerc.	Famil. Auto Consumo	Familiar Comercial.
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	
Pesca	5.7	4.0	7.8	4.8	19.2	
Mineira	0.4	0.8	0.0	0.0	0.0	
Indústria Transformador.	24.9	15.5	36.7	26.2	76.8	
Electric. E Agua	1.2	1.7	0.6	0.7	0.0	
Construção	10.3	14.5	5.1	5.4	4.0	
Comerc, Rest. e Hotéis	28.1	23.7	33.7	42.5	0.0	
Serviços vários	29.3	39.8	16.2	20.4	0.0	
Total	100.0	55.6	41.9	35.4	6.4	38.8
Pesca	100.0	39.0	61.0	29.7	31.3	43.3
Mineira	100.0	99.9	0.1	0.0	0.1	0.0
Indústria Transformador.	100.0	34.5	65.5	37.1	28.4	51.9
Electric. e Agua	100.0	78.9	21.1	21.1	0.0	21.1
Construção	100.0	78.1	21.9	18.3	3.6	19.0
Comerc, Rest. e Hotéis	100.0	46.8	53.2	53.2	0.0	53.2
Serviços vários	100.0	75.5	24.5	24.5	0.0	24.5

Fonte: INE-IAF 96

5.4.3 Estimativas do Valor Acrescentado por Sector

Segundo a metodologia das contas nacionais e de acordo com o recomendado pelo SCN93, os produtos para autoconsumo tem custos de produção constituídos por bens e serviços (insumos) e criam um valor acrescentado. Este valor acrescentado resulta do trabalho aplicado sobre os insumos para criar um produto qualitativamente diferente, o que mostra que existe um valor gerado durante o processo de produção que forma parte do excedente que servirá para financiar o consumo sem influir na poupança.

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

O valor acrescentado criado pelos produtos para autoconsumo incrementa o valor acrescentado do país, com impacto sobre o PIB. Assim, da observação da tabela.12 nota-se que, em 1996, do valor acrescentado do país 30.7% provinha da actividade agro-pecuária e 69.3% de outras actividades.

Tab. 12 Distribuição % do Valor Acrescentado, 1996

	Total	Empresa	Total Familiar	Famílias Comerc.	Familiar Auto Cons.
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Agropecuário	30.7	3.3	50.3	33.5	79.2
Não Agropecuário	69.3	96.7	49.7	66.5	20.8
Total	100.0	41.6	58.4	36.9	21.5
Agropecuário	100.0	4.4	95.6	40.2	55.4
Não Agropecuário	100.0	58.1	41.9	35.4	6.4

Fonte: INE-IAF 96 a) Ver dados originais Tab. 6 anexo 1

Em 1996, as unidades familiares contribuíram com 58.4% no valor acrescentado total do país, do qual 21.5% foi gerado na produção para o autoconsumo. E do total do valor acrescentado gerado pelas famílias na produção para o autoconsumo, 79.2% procede da produção agrícola e finalmente do total do valor acrescentado gerado pela produção não agrícola do país 41.9% corresponde a produção familiar.

Tab. 13 Distribuição Sectorial do Valor Acrescentado, 1996

	Total	Empresa	Total Familiar	Famílias Comerc.	Familiar Auto Cons.	TotalFamília Total País.
Total	31018293	12909959	18108335	11447081	6661254	
Agropecuário	9531064	419719	9111345	3835831	5275513	
Não Agropecuário	21487229	12490239	8996990	7611249	1385741	29%

Fonte: INE-IAF

A tabela 13 mostra que o peso do valor acrescentado não agropecuario familiar em relação ao total do valor acrescentado do país não excede 29%. Segundo estes resultados, se toda a produção familiar não Agropecuário fosse informal, ter-se-ia que a informalidade tem

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

um contributo não superior a 29%, da produção não agropecuária total do país. Esta cifra indica o limite máximo que a economia informal pode alcançar em termos de contribuição económica, segundo os pressupostos deste modelo.

A tabela.14 permite verificar que na economia de Moçambique o comércio e os outros serviços são actividades que permitem gerar a maior parte do valor acrescentado não agrícola. Tem de lembrar-se que a categoria de serviços vários inclui os serviços do governo na administração e defesa, educação, saúde (que estão incorporadas dentro dos termos de empresas e também os serviços financeiros, onde geralmente as famílias não tem participação).

Tabela 14 Distribuição % do Valor Acrescentado, não Agropecuário, por Sector, 1996

	Total	Empresa	Total Familiar	Famílias Comerc.	Familiar Auto Cons.	Familiar Comerc.
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	
Pesca	7.9	4.0	13.2	6.7	48.7	
Mineira	0.4	0.6	0.0	0.0	0.0	
Industria Transformador.	15.4	11.1	21.3	15.9	51.3	
Electric. e Agua	0.9	1.0	0.8	0.9	0.0	
Construção	9.2	13.7	3.0	3.6	0.0	
Comerc, Rest. E Hotéis	30.6	23.0	41.1	48.6	0.0	
Serviços vários	35.7	46.5	20.6	24.3	0.0	
Total	100.0	58.1	41.9	35.4	6.4	37.9
Pesca	100.0	29.7	70.3	30.3	40.0	50.5
Mineira	100.0	99.9	0.1	0.0	0.1	0.0
Industria Transformador.	100.0	42.0	58.0	36.5	21.5	46.5
Electric. e Agua	100.0	65.2	34.8	34.8	0.0	34.8
Construção	100.0	86.2	13.8	13.8	0.0	13.8
Comerc, Rest. E Hotéis	100.0	43.7	56.3	56.3	0.0	56.3
Serviços vários	100.0	75.9	24.1	24.1	0.0	24.1

Fonte: INE-IAF 96

Assim, pode-se afirmar, de acordo com os pressupostos de análise do presente trabalho, que, em Moçambique, a actividade informal encontra-se dentro da produção familiar. Contudo, a informação disponível não permite identificar com exactidão o tamanho

do sector, podendo-se, porém, dizer que o sector informal representa não mais de 29% do valor acrescentado das actividades não agrícolas do país.

5.5 Aspectos Relevantes das Estimativas do Sector Informal

O que importa reter aqui é que com um exame sistemático da informação disponível, preparada não com a finalidade de medir a actividade informal, é possível obter uma avaliação aproximada da actividade informal na economia do país. Os resultados que mostram não mais de 29% (IAF96) do valor acrescentado não Agropecuário em 1996 correspondia ao sector informal sugerem que a economia formal não teve capacidade, apesar das políticas do governo com a vista a criar postos de trabalho e riqueza na economia. Isto permitiu e incentivou a presença, crescimento e consolidação da actividade informal, que nesta situação converte-se num sector estratégico no combate ao desemprego e na luta pela sobrevivência duma parte importante da população. Fica retido ainda que embora, o IDN seja um inquérito concebido para o apuramento de dados demográficos, pode-se, a partir dele, estudar elementos válidos sobre o sector informal e, sempre que possível, adequar as perguntas à classificação do SCN de modo a facilitar a sua identificação e integração nos cálculos das contas nacionais. Foi com base no IDN estimado que a contribuição do sector informal para o emprego constitui cerca de 2.8% em relação ao emprego total do país.

As limitações deste inquérito resultam da dificuldade de se identificar a população remunerada pelos pequenos negócios. Tendo sido utilizado como referência, neste caso, os trabalhadores por conta própria e familiares não remunerados.

A outra fonte, que também foi utilizada, é o ficheiro central de empresas que embora não tenha actualmente dados representativos para o universo, está orientado ao registo das unidades produtivas de tamanho relativamente grande e, pode ser aperfeiçoado de modo a constituir fonte complementar para análise do comportamento das unidades formais e por defeito as informais. Segundo este ficheiro, se se considerasse que todas as empresas com menos de 10 trabalhadores são informais ter-se-ia que mais de 70% das empresas registadas pertencem ao sector informal.

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

Do IAF estimou-se que em 1991 14.4% do valor acrescentado total do país correspondia ao valor acrescentado da produção não agro-pecuária das famílias.

Importa reter ainda que da população não agro-pecuária em 1991 trabalhavam por conta própria 51.2% e dedicam-se ao comércio. A indústria transformadora 18.0%, e os outros serviços 18.2%, o que confirma que existe preferência dos informais pelo comércio e serviços.

O SCN93 recomenda a integração do sector informal nas famílias, que permite não apenas corrigir a distorção nas estimativas de variáveis macro-económicas mas também de se obter a contribuição do sector informal por ramo de actividade económica, instrumento útil para os tomadores de decisões na orientação e monitorio de políticas sociais.

Do IAF96, verificou-se que do valor acrescentado total 58.4% corresponde a contribuição das famílias e que do total do valor acrescentado gerado pela produção não agrícola do país 29% corresponde a produção familiar.

Estas constatações são muito importantes para explicar e justificar a realização de estudos mais profundos em termos de conteúdo e com uma cobertura geográfica representativa do sector informal para se dispor de informação útil como instrumento para a tomada de decisões de política económica nacional.

A outra constatação que se pode extrair destes resultados é que na definição de sector informal em Moçambique é importante a diferenciação entre produção agro-pecuária e produção não agro-pecuária das famílias, pois o que se propõe neste trabalho é a delimitação do sector informal às actividades não agro-pecuária familiares.

Tabela 15. Contribuição % do Sector Familiar não Agro-Pecuário sobre o Total do País

	Não Agropec. Fam.\ Total não Agropecuária		Não Agropec. Fam\ Total País	
	1991	1996	1991	1996
Emprego	22.6	65	2.8	7.8
Produção	23.1	44.4	17.6	35.7
VAB	21.8	41.9	14.4	29

A tabela 15 mostra que houve uma tendência de expansão das actividades informais de 1991 à 1996. Em relação ao emprego verificou um crescimento de 2.8 em 1991 para 7.8 em 1996. Apesar dos dados apresentados não poderem ser linearmente comparados por resultarem de processo de produção diferentes (IDN e IAF), pode-se afirmar que parte desta diferença resulta da expansão das actividades informais. Na análise do emprego foi considerado informal a parte relativa a ocupação por conta própria e trabalhadores familiares não remunerados.

O que se verifica ao nível do emprego é facilmente justificado pela produção que mostra que a contribuição do sector informal em 1996 foi maior 35.7 contra 23.1 de 1991. Referir que para o cálculo da produção foi considerado que faz parte do sector informal a produção familiar comercializada e a familiar para o auto-consumo.

O valor acrescentado em 1996 foi de 29% contra 14.4% registados em 1991. As cifras apresentadas, quer para o VAB quer para a produção, correspondem a contribuição do sector não agropecuário das famílias em relação ao total do País. Na hipótese de que toda a actividade não agropecuária é informal ter-se-ia que a contribuição deste sector para o PIB foi de 14.4% em 1991 e 29% em 1996.

VI

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 Introdução

O presente trabalho resultou de uma análise das fontes de informação que permitiu calcular o peso do sector informal na economia, critérios e metodologias de medição. Embora tenham sido feitas consultas em diferentes áreas de interesse as conclusões que se apresentam a seguir são indicações preliminares, dadas as limitações técnicas do próprio trabalho e a ausência de experiências anteriores de pesquisas sobre o sector informal apresentando uma abordagem sobre a economia real, em Moçambique. Espera-se no entanto que sirva de plataforma para estudos futuros.

O desenvolvimento do sector informal tem muita expressão dentro da economia nacional, o que mostra que há necessidade de um melhor conhecimento e medição do desempenho económico das actividades informais como forma de se obter uma melhor aproximação à estrutura mais realística sobre o crescimento económico do país. Para além disso, será do conhecimento exacto da dimensão e peso deste sector que serão definidas e implementadas políticas económicas que favoreçam o seu crescimento na perspectiva de sua inclusão no sistema económico formal.

As actividades informais permitem o estabelecimento de trocas comerciais de produtos diversificados, oriundos de diferentes pontos do país o que favorece em certa medida o escoamento da produção de pontos de grande concentração para pontos de escassez, dinamizando a rede comercial nacional e fechando o circuito do fluxo de bens e serviços.

Uma das importantes constatações a considerar é que com a informação disponível, em Moçambique, é possível medir com um certo grau de aproximação a actividade informal e indicar o seu peso na economia. Embora, a recolha de dados adicionais pudesse permitir aprofundar as características económicas e sociais. Para que isto se verifique, o sistema de inquéritos deve ser desenhado de modo a permitir um estudo permanente sobre o seu comportamento no tempo e a sua influência sobre os indicadores macro-económicos.

Em termos de organização é de considerar que a pesquisa ao sector informal deve ter como referência uma base amostral, e de forma sistemática atingir uma maior representatividade. Contudo, é de se reter que as amostras devem ser obtidas dos inquéritos macro-estatísticos de estrutura como os inquéritos populacionais e que os inquéritos às famílias sirvam de base para filtrar as características mais gerais sobre os estabelecimentos informais a serem observados. A organização dos inquéritos deve ser feita de forma sequenciada, baseada num programa paralelo que permita reduzir ao mínimo os custos e obter o maior volume de informação da melhor qualidade possível.

6.2 Conclusões

As conclusões que foram aqui apresentadas são resultados preliminares. Por um lado, porque os dados apresentados basearam-se em informação ainda em processamento, tal como foi referido anteriormente. Por outro lado, porque nos resultados apresentados não se faz a separação específica do que corresponde ao sector informal apenas se faz uma aproximação do que seria o sector informal na economia (emprego, produção e PIB).

Todavia, foi visto que no caso de Moçambique a economia informal é muito representativa, tendo um efeito sobre as variáveis macro-económicas que merece uma atenção muito especial. Esta pesquisa permitiu mostrar que através do IAF, cruzando outras fontes como IDN é possível fazer-se uma aproximação do tamanho da actividade informal na economia moçambicana, recorrendo a metodologia do SCN que permite o cálculo da contribuição do sector por ramos de actividade para a produção total. Segundo estes resultados, se toda a produção familiar não Agropecuária fosse informal, ter-se-ia que a informalidade tem um contributo não superior a 29% do PIB. Neste sentido esta cifra deve ser interpretada como o limite máximo que a economia informal pode alcançar em termos de contribuição económica, segundo os pressupostos deste modelo. A informação baseou-se no total da produção familiar não agropecuária o que significa que desta cifra está também incluída a produção familiar não agropecuária que não corresponde a economia informal.

O sector informal, segundo os resultados desta pesquisa contribuiu em 2.8% para o emprego em 1991 e 7.8% em 1996. Estes resultados são compatíveis com a produção que

mostra um crescimento de 23.1% em 1991 e de 35.7% para 1996. O valor acrescentado em 1991 foi de 14.4 e em 1996 de 29%. O que representa um crescimento de 14.6%.

O estudo permitiu ver que a análise do sector informal nas contas nacionais deve ser orientada para as actividades não agropecuárias das famílias, cuja informação poderá ser obtida através da observação estatística.

Foi visto também que todas as actividades desenvolvidas no âmbito da economia informal, como um sector de unidade económica produtiva incluem-se no sector das famílias. Para o caso específico de Moçambique este tratamento é feito de forma implícita não existe uma consideração especial. Apesar disso, nota-se que o sector informal na economia moçambicana tem uma participação muito importante nas actividades não agrícolas, tanto na geração de riqueza como na geração de emprego. Em particular no comércio e serviços onde

Foi visto ainda que devido a sua complexidade, o sector informal, manifesta-se de diferentes maneiras nos diferentes sectores e que a natureza de relações estabelecidas pelos agentes, também, apresentava características especiais que dificultam a sua observação, exigindo meios e metodologias de pesquisa também especiais, parte dos quais foram desenvolvidas neste trabalho, onde foram considerados métodos específicos de observação estatística e metodologias de medição à luz das recomendações do SCN. A título de exemplo viu-se que para captar as actividades informais é necessário que a observação estatística seja feita continuamente devido a volatilidade das actividades deste sector, e que deveriam para o efeito ser desenvolvidos inquéritos por amostragem, organizados em duas fases de sondagem e de filtragem e que os inquéritos de filtro deveriam ser orientados apenas para as unidades informais.

Concluiu-se ainda que no processo de observação das unidades através de inqueritos dever-se-ia ter em conta que as classificações das unidades devem estar em conformidade com a nomenclatura e classificação recomendada pelo SCN. Contudo, em Moçambique particularmente, os inquéritos respondem apenas a necessidades de dados específicos, por exemplo se se pretende obter dados demográficos não se procura uma conciliação no questionário que permita que as nomenclaturas e classificações sejam compatíveis com o SCN, o que dificulta a integração dos resultados dos inquéritos no sistema.

Falar da complexidade das actividades informais, é falar dos casos em que os indivíduos operam simultaneamente no mercado formal e no mercado informal, casos de

pluriactividade que não são captados por inquéritos correntes, e exigem meios e métodos específicos que permitam recolher dados através da observação. Neste complexo estão também incluídos a volatilidade do sector informal, o período de vida muito curto em um dado ramo de actividade, características que não permitem que os estudos sejam continuos e coerentes no tempo. Desta forma e considerando estas particularidades viu-se que a observação e análise do sector informal devem ser feitas de acordo com metodologias que tenham em consideração estas características de modo que os resultados obtidos do estudo sejam fiáveis. Para o caso de Moçambique, apesar de haver bases de dados no INE que facilitam o estudo estas bases de dados carecem de um trabalho de base que partiria do aperfeiçoamento dos inquéritos conforme as exigências de estudo do sector informal.

E para finalizar, concluir que embora os resultados obtidos a partir dos dados disponíveis (IDN e IAF) sejam provisórios, e não terem sido obtidos com a finalidade expressa de estudar o comportamento da economia não oficial mostram que é possível fazer aproximações com uma certa fiabilidade. Realçar contudo, que apesar de, ao nível das contas nacionais se efectuar, o cálculo da contribuição económica das actividades da economia informal, de forma implícita, integrando-o no sector das famílias, existe necessidade de se fazer um estudo particularizado do sector informal, seguindo a metodologia que é usada nas contas nacionais para a avaliação da contribuição dos diferentes sectores de acordo com a classificação do sistema. A flexibilidade do marco de compilação do SCN93, facilita o desenho de contas e de métodos que permitem desenvolver o estudo mais detalhado do Sector Informal, permitindo até a elaboração das Contas Satélite do Sector Informal.

6.3 Recomendações

Realizado, pelo INE, o RGPH em 1997 e o IAF nos períodos de 1991-1993 e 1996/97, pode-se de certa maneira considerar que estão criadas algumas bases macroanalíticas. Por outro lado, o Recenseamento Agropecuário (2000-2001) em curso e a execução de inquéritos nacionais permanentes às famílias para a avaliação do nível de bem estar, também em curso, vão complementar as bases de dados para a análise estrutural já existentes. Recomenda-se, porém, a realização de um recenseamento de unidades económicas não agro-pecuárias que vai

permitir a recolha de informação básica do universo de produtores (formais e não formais). Posteriormente, deveriam realizar-se inquéritos permanentes ao emprego. Inquéritos que permitam obter uma base de dados sobre o desempenho económico das unidades de produção, entre elas, as unidades familiares, considerando, indicadores orientados a reflectir o comportamento do sector no emprego, produção e estabilidade por ramos de actividade.

Em síntese, recomenda-se:

- Impulsionar, em todos os âmbitos possíveis (público e privado) a realização de estudos e inquéritos sobre o sector informal que permitam um conhecimento mais detalhado sobre as suas características económicas e sociais, tanto ao nível micro como ao nível macro;
- Fazer-se a compilação sistemática dos vários estudos realizados e dos que estão em curso, com a finalidade de:
 - a) Recolher os resultados obtidos;
 - b) acumular experiência na execução operativa dos estudos;
 - c) harmonizar metodologias;
 - d) sistematizar características e definições da economia informal, etc..
- Enquanto não se executarem estudos especiais sobre o sector informal, inserir em todos os questionários de carácter económico, social e demográfico um corpo de questões que permitam acumular permanentemente dados estruturais e de comportamento sobre o sector informal.

- Anexo 1
Tabelas Originais, IDN e IAF

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

Tab.1 Distribuição da População não Agro-pecuária, por Ramos e Categoria Ocupação, 1991

	Total	Remunerados	Conta própria	Trab. Famil. Não Remunerados	Patrão
Total	615921	408577	127812	57808	21724
Pesca	19430	14513	4106	173	638
Mineira	22595	16235	3173	1542	1645
Ind. Transformadora	145833	110022	22976	9274	3561
Electric. E Água	7219	7219	0	0	0
Construção	55605	42444	8801	3309	1051
Comércio, Rest. E hotéis	166037	70184	65496	24270	6087
Serviços Vários	199202	147960	23260	19240	8742

Fonte: INE-IDN

Tab. 2a Distribuição da Produção Empresarial por Sector, 1991

Descrição	Total	Empresarial	T. Famil.	F. Mercan.	F. Autoconsumo
Total	4089426	2492186	1597240	974251	622989
Agropecuário	965297	89488	875809	273841	601968
Não Agropecuário	3124129	2402698	721431	700410	21021

Tab. 2 b Distribuição do Valor Acrescentado por Ramos de Actividade, 1991

Descrição	Total	Empresarial	T. Famil.	F. Mercan.	F. Autoconsumo
Não Agro. Sem Gov.	1711804	1338900	372904	356172	16732
Pesca	100123	56947	43176	29136	14040
Mineira	11009	10341	668	668	0
Ind. Transformadora	267602	226077	41525	38833	2692
Electric. e Agua	21367	17668	3699	3699	0
Construção	150633	114324	36309	36309	0
Comércio, Rest. e Hotéis	667089	516035	151054	151054	0
Serviços vários	493981	397508	96473	96473	

Fonte: INE-IAF

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

Tab. 3 Distribuição da População não Agropecuária por Ramo e Categoria de Ocupação, 1996 - 10³

	Total	Total Remun	Empresa	Rem. p/ Famílias	Famílias C.ta Própria	Famílias não remuner	Total Trab. Famílias	Empresa Patrão	%Pers Remun Famílias
Total	780169	408735	163894	244841	326718	29718	601277	14998	
Pesca	58358	13454	3608	9846	36551	6220	52617	2133	
Mineira	39529	33815	2877	30938	5609	105	36652	0	
Industria Transf	177642	92002	59799	32203	76874	6507	115584	2259	
Electric. e Agua	12429	11379	6695	4684	1050	0	5734	0	
Construção	74201	43955	22426	21529	26214	2369	50112	1663	
Com, Rest, Hot	232996	67316	27338	39978	149540	10920	200438	5220	
Serviços vários	185014	146814	41151	105663	30880	3597	140140	3723	

Fonte: INE-IAF

Tabela 4 a. Distribuição da Produção Empresarial e familiar por Sector, 1996

	Total	Empresas	Total Familiar	Familiar Comerc.	Familiar Autocons
Total	51809775	23758968	28050806	18672089	9378717
Agropecuário	10198865	643527	9555338	4017909	5537429
Não agropecuário	41610909	23115441	18495468	14654180	38411288

Tab. 4 b Distribuição da Produção não Agro-pecuária, Empresarial e Familiar, 1996

	Total	Empresa	Total Familiar	Famílias Comerc.	Famil. Auto Consumo	Familiar Comercial.
Total	41610909	23115441	18495468	14654180	3841288	
Pesca	2351621	916268	1435353	698593	736760	
Mineira	182714	182582	132	0	132	
Indústria Transformador.	10367245	3571722	6795523	3846636	2948887	
Electric. e Agua	502838	396709	106129	106129	0	
Construção	4294740	3352532	942208	786699	155509	
Comerc, Rest. e Hotéis	11709155	5484905	6224250	6224250	0	
Serviços vários	12202597	9210723	2991873	2991873	0	

Fonte: INE-IAF

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

Tab. 5 Distribuição do Valor Acrescentado não Agro-pecuária, Empresarial e Familiar, 1996

	Total	Empresa	Total Familiar	Famílias Comerc.	Famil. Auto Consumo	Familiar Comercial.
Total	21487229	12490239	8996990	7611249	1385741	
Pesca	1687768	502055	1185713	511210	674504	
Mineira	77763	77707	56	0	56	
Indústria Transformador.	3311235	1391470	1919765	1208584	711181	
Electric. e Agua	195064	127145	67919	67919	0	
Construção	1982513	1709791	272722	272722	0	
Comerc, Rest. e Hotéis	6570602	2869302	37011300	3701300	0	
Serviços vários	7662284	5812769	1849515	1849515	0	

Fonte: INE-IAF

Anexo 2
Nomenclaturas e Classificações

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

Nomenclatura de Bens e Serviços

Quadro 1 Nomenclatura de Produtos Base 1996

CITA2	NP96	NOME	CNR91
1110	P001	Trigo	
1110	P002	Arroz em casca	
1110	P003	Milho	
1110	P004	Mapira	
1110	P005	Feijao	
1110	P007	Cebola	
1110	P008	Tomate	
1110	P009	Mandioca	
1110	P010	Hortícolas	
1110	P011	Outros tuberculos e raizes	
1110	P012	Citrinos	
1110	P013	Outras Frutas Frescas	
1110	P014	Castanha de Caju	
1110	P016	Cana de Açucar	
1110	P017	Tabaco	
<hr/>			
1110	P019	Copra	
1110	P020	Amendoim	
1110	P022	Algodao-Caroço	
1110	P024	Outros Produtos de uso Industrial	015,018,021,023,024
1110	P025	Outros Produtos Agricolas	006, 025
1110	P026	Gado Bovino Vivo	
1110	P027	Gado Suino Vivo	
1110	P028	Aves Vivas	
1110	P029	Outros Animais Vivos	
1110	P031	Ovos Frescos	
1110	P032	Outros Produtos de Origem Animal	030,032
1210	P033	Lenha e Carvão Vegetal	
1210	P034	Madeira em Toros e outros produtos da silvicultura	
1300	P036	Peixes Frescos ou Refrigerados	
1300	P037	Camarao, Gamba	
1300	P039	Lagosta	
1300	P040	Outros Produtos da Pesca	
2100	P041	Carvão Mineral	
2100	P042	Minerais Metalicos	
2901	P043	Pedra, Argila e Areia	
<hr/>			
2903	P044	Sal nao Refinado	
2909	P045	Outros Minerais nao Metalicos	
3111	P046	Carne de Bovino	
3111	P047	Carne de Suino	
3111	P048	Carne de Aves	
3111	P049	Carne de Outros Animais	
3111	P051	Outros Produtos do Abate de Gado	050,051
3112	P052	Leite procesado e derivados	
3113	P053	Frutos e Produtos Hortícolas Conser	
3114	P055	Peixe e Outros Produtos da Pesca Pr	054,055
3115	P056	Oleo de Vegetais Cru	
3115	P057	Oleo Refinado	
3115	P058	Outros Oleos e Gorduras Animais	
3115	P059	Bagaço de Sementes Oleaginosas	
3116	P060	Farinha de Milho	
3116	P061	Farinha de Trigo	
3116	P062	Arroz Descascado	
3116	P063	Farinhas de Mandioca, Soja e Outras	
3116	P065	Outros Produtos e Serviços de Moage	064, 065
<hr/>			
3117	P066	Pao, e produtos de pastelaria e doçaria	066,067
3117	P068	Bolachas, Biscoitos e massas alimenticias	068,069

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

	3118	P070	Açúcar e melaço de açúcar	070,071
	3121	P074	Amendoa de Caju Inteira e Partida	
	3121	P075	Outros Produtos das Industrias Alim	072,073,075
	3122	P076	Raçoes	
	3132	P077	Vinho e outras bebidas espirituosas	077,080
	3133	P079	Cerveja e malte	078,079
	3134	P081	Bebidas nao Alcoolicas	
	3140	P082	Cigarros e Tabaco	
	3211	P083	Fibra de Algodao	
	3211	P084	Capulana	
	3211	P085	Outros Produtos da Fiação, Tecelaje	
	3212	P086	Produtos Texteis em Obra, excepto V	
3213..19		P087	Outros Produtos de Malhas, Tapeçari	
	3220	P088	Vestuário, excepto de plastico	
3230-3240		P090	Cortumes, Calçado, e artigos de couro excepto de plastico, vulca	089, 090
	3311	P091	Produtos da Serraçao de Madeira	
3312-19		P092	Outros Prod. de Carpintaria, Folhea	
	3320	P093	Mobiliario de Madeira	
3411..19		P094	Papel e Artigos de Papel e Cartao	
	3420	P095	Produtos das Artes Graficas e Ediça	
	3511	P096	Outros Produtos Quimicos Industrial	
	3512	P097	Adubos e Pesticidas	
	3513	P098	Resinas Sintecticas, Materiais Plas	
	3521	P099	Tintas, Esmaltes, Lacas, Vernizes, Dil	
	3522	P100	Produtos Farmaceuticos	
	3523	P101	Saboes e Sabonetes, Detergentes, Pro	
	3529	P102	Produtos Quimicos Diversos	
	3530	P103	Petroleo de Iluminação	
	3530	P104	Gasolina	
	3530	P105	Gasoleo	
	3530	P106	Fuel-Oleo	
	3530	P107	LPG	
	3540	P108	Oleos, Masas Lubrificantes e Outros	108,109
	3551	P110	Pneus e Camaras de Ar	
	3559	P111	Artigos Diversos de Borracha	
	3560	P112	Artigos de Plastico para Uso Domest	
	3560	P113	Coberturas ou Embalagens de Materia	
	3560	P115	Outros Produtos de Plástico	114,115
	3610	P116	Artigos de Porcelana, Faiança, Gres	
	3620	P117	Vidro e Artigos de Vidro	
	3691	P118	Materiais de Barro para a Construça	
	3692	P119	Cimento	
	3692	P120	Clinker, cal, gesso e abrasivos	120,121
	3699	P123	Pedra para Construção, chapas de fibrocimento e outros Produtos para construção	122,123
	3710	P124	Produtos Laminados de ferro e Aço e	
	3710	P127	Varão, arame e tubos de ferro ou aço	125,126,127
	3710	P128	Outros Produtos Basicos de Ferro	
	3720	P131	Produtos da Industria Basica de Met	129,130,131
	3811	P132	Cutelarias, Ferramentas Manuais	
	3812	P133	Mobiliario Metalico e seus Acessori	
	3813	P134	Elementos de Construção em Metal	
	3813	P135	Utensilios Domesticos Metalicos	
	3819	P136	Pregos, Parafusos e Artigos de Aram	
	3819	P137	Latoaria e Embalagens Metalicas	
	3819	P138	Outros Produtos Metalicos	
	3822	P139	Tractores e seus Acessorios, Maquin	
	3824	P140	Maquinas e Equipamentos para a Indu	
3821-23-25-29		P141	Outras Maquinas nao Electricas	
	3831	P142	Maquinas e Aparelhos Industriais El	

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

	3832	P143	Equipamento e Aparelhos de Radio,	
	3833	P145	Aparelhos Electrodomesticos e de ar condicionado	144,145
	3839	P146	Pilhas e acumuladores e outros materiais electricos	146,147
	3841	P148	Embarcações e Reparacoes Navais	
	3842	P149	Material de Caminhos de Ferro	
	3843	P150	Veiculos a Motor	
	3849	P153	Otro material de transporte n.e.	151,152,153
385-39		P154	Outros Prod. das Industrias Transfo	
	4101	P155	Energia Electrica	
	4200	P156	Agua	
	5000	P157	Construção e Reparação de Edificios	
	6200	P159	Comercio	
	6300	P160	Restaurantes e Hotéis	
	7111	P161	Transporte Ferroviario	
7112-14		P162	Transporte Rodoviario	
	7115	P163	Transporte por Oleodutos	
	7120	P164	Transporte Maritimo e Cabotagem	
	7130	P165	Transporte Aereo	
	7190	P166	Serviços relacionados com os Transp	
	7200	P167	Comunicações	
	8100	P168	Serviços Bancarios e Financeiros	
	8200	P169	Serviços de Seguros	
	8310	P170	Serviços Imoveis e Serviços Pre	
	9100	P171	Administração Publica e Defesa	
	9310	P172	Educação pública e privada	172,173
	9330	P174	Saúde pública e privada	174,175
	9400	P176	Serviços Recreativos e Culturais	
	9510	P177	Serviços de Reparação de Automoveis	
	9510	P178	Serviços de Reparação de Mobilia	
	9510	P179	Serviços de Reparação de Aparelhos	
	9510	P180	Serviços de Reparação Diversos	
	9530	P181	Serviços Domesticos	
	9590	P182	Serviços Pessoais Diversos e Outros	
	9340	P183	SERVIÇOS de ORGANIZAÇÕES	
	8100	P184	SERVIÇOS BANCARIOS IMPUTADOS	

Fonte: INE- Direcção de Contas Nacionais e Indicadores Globais

Anexo 4
Resultados das Contas Nacionais

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

Quadro 1 Resumo dos Principais Indicadores Macroeconómicos 1991-1998

CONCEITO	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998*
VARIAÇÕES PERCENTUAIS								
Produto Interno Bruto		-8.6	6.8	7.0	3.3	6.8	11.1	12.0
Consumo Final		-10.7	4.5	8.6	-2.2	1.0	8.2	7.8
Formação Bruta de Capital Fixo		-7.9	4.7	17.5	25.0	-7.4	1.9	36.8
Exportações		9.8	1.9	33.8	7.1	25.8	10.8	2.9
Importações		-11.3	-1.5	22.4	-0.4	-11.5	-3.2	10.1
População		2.6	5.4	6.6	4.9	3.5	2.3	2.3
VALORES PERCAPITA EM 103 MT								
RENDIMENTO NACIONAL BRUTO (RNB = PNB)						1959.8	2390.5	
PIB valores correntes	306.3	392.3	590.4	918.8	1385.5	2022.5	2451.5	2726.0
PIB valores constantes	2194.7	1956.5	1982.9	1989.8	1960.1	2022.5	2197.0	2407.2
PIB variações dos Índices de Volume		-10.9	1.4	0.3	-1.5	3.2	8.6	9.6
Consumo Privado a preços correntes	313.3	402.2	591.0	866.5	1353.4	1897.2	2208.1	2299.9
Consumo Privado a preços constantes	2330.9	2009.6	1955.6	1897.5	1931.6	1897.2	1986.4	2084.1
Consumo Privado Variações dos Índices de Volume		-13.8	-2.7	-3.0	1.8	-1.8	4.7	4.9
Consumo Privado Variações dos Índices de Preços		48.9	51.0	51.1	53.4	42.7	11.2	-0.7
EM DOLARES U.S.A.								
Produto Interno Bruto per capita	213.5	161.3	158.5	155.3	155.7	181.6	215.1	230.0
Consumo dos Agregados Familiares per capita	218.4	165.4	158.7	146.4	152.1	170.3	193.8	194.0
RELAÇÕES PERCENTUAIS								
Consumo Produtos Agropecuários/Total Consumo Privado	32.3	30.6	31.8	31.4	29.9	29.9	29.3	29.8
Autoconsumo/Total Consumo Privado	21.9	21.3	22.1	21.3	20.9	25.1	23.6	24.3
Autoconsumo Produtos Agropecuários/Autoconsumo	81.5	80.7	81.4	82.0	82.2	50.6	51.9	51.1

Fonte: INE- Direcção de Contas Nacionais e Indicadores Globais

Quadro-2 Principais Agregados Macroeconómicos da Contas Nacionais Valores 10⁶ MT

DESCRIÇÃO	1996	1997
Produção a preços de produtor	52208454	63122476
+ Impostos sobre os produtos	1871914	2537904
- Subsídios sobre os produtos	34000	44170
- Consumo Intermédio	21273151	24834242
+ Direitos de Importação	684922	812289
- Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos	739538	1040089
Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado	32718601	40554168
+ Impostos líquidos de Subsídios sobre produção e importação (líquido a receber do RM)	0	0
+ Remuneração dos empregados (líquido a receber do RM)	460363	400029
+ Rendimentos de propriedade (líquido a receber do RM)	-1475023	-1408772
Rendimento Nacional Bruto (RNB) pm	31703942	39545424

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

-	Consumo de Capital Fixo	3023829	3863177
=	Rendimento Nacional Líquido (RNL) pm:	28680113	35682247
+	Imposto Correntes sobre o rendimento, riqueza, etc. (líquido a receber do RM)	3164	45328
+	Contribuições e prestações sociais e transferências correntes (líquido a receber do RM)	3477157	4432269
=	Rendimento Nacional Líquido Disponível (RNLD)	32160434	40159844
-	Despesa de Consumo Final	33317229	40183111
=	Poupança líquida	-1156796	-23267
+	Transferências de capital (líquido a receber do RM)	1330000	1849255
-	Formação Bruta de Capital Fixo	6307069	7336921
+	Consumo de Capital Fixo	3023829	3863177
-	Variação de existências	537525	90567
-	Aquisições líquidas de cessões de objetos de valor	0	0
-	Aquisições líquidas de cessões de activos não financeiros não produzidos	0	0
=	Capacidade (+) /Necessidade(-) líquida de financiamento	-3647561	-1738323
	Despesa de Consumo Final	33317229	40183111
+	Variação de existências	537525	90567
+	Formação Bruta de Capital Fixo	6307069	7336921
+	Aquisições - cessões de objetos de valor		
+	Exportações de bens e serviços	3900783	4421952
-	Importações de bens e serviços	-11344008	-11478380
=	Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado	32718598	40554171
	Despesa de Consumo Final	33317229	40183111
+	Ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões (líquido a receber RM)	0	0
+	Poupança Líquida	-1156806	-23269
=	Rendimento Nacional Líquido Disponível (RNLD)	32160423	40159841

Fonte: INE- Direcção de Contas Nacionais e Indicadores Globais

Produto Interno Bruto

Tabela 3 Óptica da Despesa Valores 10⁶ MT

DESCRIÇÃO	PREÇOS CORRENTES			PREÇOS CONSTANTES	
	1996	1997	1998	1997	1998
PRODUTO INTERNO BRUTO	32718601	40554168	46172632	36343861	40764285
VALOR ACRESCENTADO BRUTO	32773217	40781968	45780448	36913374	40688933
Sector Primário	11356802	13682850	14358765	12324987	13259924
Empresarial	1157769	1487167	1605833	1324072	1354990

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

Familiar	10199033	12195683	12752932	11000915	11904934
Sector Secundário	5016779	6720750	9355685	6373333	7912432
Empresarial	3183935	4539406	6523862	4106352	5329357
Familiar	1832844	2181344	2831823	2266981	2583075
Sector Terciário	16399636	20378367	22065998	18215055	19516577
Empresarial	9225638	11487250	12370053	10491659	10986914
Familiar	7173998	8891117	9695945	7723395	8529663
DIREITOS DE IMPORTAÇÃO	684922	812289	937785	751235	894302
Serviç. de Interm. Financ. Indirect. Medidos	-739538	-1040089	-545601	-1320748	-818950
VARIAÇÃO PERCENTUAL					
DESIGNAÇÃO	DE VOLUME		DE PREÇO		
PRODUTO INTERNO BRUTO		11.1	12.2	11.6	1.5
VALOR ACRESCENTADO BRUTO		12.6	10.2	10.5	1.8
Sector Primário		8.5	7.6	11.0	-2.5
Empresarial		14.4	2.3	12.3	5.5
Familiar		7.9	8.2	10.9	-3.4
Sector Secundário		27.0	24.1	5.5	12.1
Empresarial		29.0	29.8	10.5	10.7
Familiar		23.7	13.9	-3.8	13.9
Sector Terciário		11.1	7.1	11.9	1.1
Empresarial		13.7	4.7	9.5	2.8
Familiar		7.7	10.4	15.1	-1.3
DIREITOS DE IMPORTAÇÃO		9.7	19.0	8.1	-3.0
Serviç. de Interm. Financ. Indirect. Medidos		78.6	-38.0	-21.3	-15.4
ESTRUTURA PERCENTUAL, A PREÇOS:					
DESIGNAÇÃO	CORRENTES		CONSTANTES		
PRODUTO INTERNO BRUTO	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
VALOR ACRESCENTADO BRUTO	100.2	100.6	99.2	101.6	99.8
Sector Primário	34.7	33.7	31.1	33.9	32.5
Empresarial	3.5	3.7	3.5	3.6	3.3
Familiar	31.2	30.1	27.6	30.3	29.2
Sector Secundário	15.3	16.6	20.3	17.5	19.4
Empresarial	9.7	11.2	14.1	11.3	13.1
Familiar	5.6	5.4	6.1	6.2	6.3
Sector Terciário	50.1	50.2	47.8	50.1	47.9
Empresarial	28.2	28.3	26.8	28.9	27.0
Familiar	21.9	21.9	21.0	21.3	20.9
DIREITOS DE IMPORTAÇÃO	2.1	2.0	2.0	2.1	2.2
Serviç. de Interm. Financ. Indirect. Medidos	-2.3	-2.6	-1.2	-3.6	-2.0

Fonte: INE- Direcção de Contas Nacionais e Indicadores Globais

Tabela 4 Óptica da Despesa Valores 10⁶ MT

DESCRIÇÃO	A PREÇOS CORRENTES			PREÇOS CONSTANTES	
	1996	1997	1998	1997	1998
PRODUTO INTERNO BRUTO	32718598	40554171	46114518	36343862	40722149
CONSUMO	33317229	40183111	43376108	36035706	38833346
Agregados Familiares	30692310	36527831	38907082	32860119	35256334
Consumo do Governo	2624919	3655280	4469026	3175587	3577012

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL	6844594	7427488	10440187	6973400	9541941
Formação Bruta de Capital Fixo	6307069	7336921	10459198	6845857	9621425
Variação de Existências	537525	90567	-19011	127543	-79484
COMERCIO EXTERNO	-7443225	-7056428	-7701777	-6665245	-7653138
Exportações	3900783	4421952	4758022	4320201	4444807
Bens	2463531	2756718	3255854	2667751	2975395
Serviços	1437252	1665234	1502167	1652450	1469412
Importações	-11344008	-11478380	-12459799	-10985445	-12097945
Bens	-10136501	-10319035	-11033028	-9852172	-10746992
Serviços	-1207507	-1159345	-1426771	-1133273	-1350953
VARIAÇÃO PERCENTUAL					
	DE VOLUME			DE PREÇOS	
PRODUTO INTERNO BRUTO		11.1	12.0	11.6	1.5
CONSUMO		8.2	7.8	11.5	0.2
Agregados Familiares		7.1	7.3	11.2	-0.7
Consumo do Governo		21.0	12.6	15.1	8.5
FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL		1.9	36.8	6.5	2.7
Formação Bruta de Capital Fixo		8.5	40.5	7.2	1.4
Variação de Existências					
COMERCIO EXTERNO		-10.5	14.8	5.9	-4.9
Exportações		10.8	2.9	2.4	4.6
Bens		8.3	11.5	3.3	5.9
Serviços		15.0	-11.1	0.8	1.4
Importações		-3.2	10.1	4.5	-1.4
Bens		-2.8	9.1	4.7	-2.0
Serviços		-6.1	19.2	2.3	3.2
ESTRUTURA PERCENTUAL					
	A PREÇOS CORRENTES			PREÇOS CONSTANTES	
PRODUTO INTERNO BRUTO	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
CONSUMO	101.8	99.1	94.1	99.2	95.4
Agregados Familiares	93.8	90.1	84.4	90.4	86.6
Consumo do Governo	8.0	9.0	9.7	8.7	8.8
FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL	20.9	18.3	22.6	19.2	23.4
Formação Bruta de Capital Fixo	19.3	18.1	22.7	18.8	23.6
Variação de Existências	1.6	0.2	0.0	0.4	-0.2
COMERCIO EXTERNO	-22.7	-17.4	-16.7	-18.3	-18.8
Exportações	11.9	10.9	10.3	11.9	10.9
Bens	7.5	6.8	7.1	7.3	7.3
Serviços	4.4	4.1	3.3	4.5	3.6
Importações	-34.7	-28.3	-27.0	-30.2	-29.7
Bens	-31.0	-25.4	-23.9	-27.1	-26.4
Serviços	-3.7	-2.9	-3.1	-3.1	-3.3

Fonte: INE- Direcção de Contas Nacionais e Indicadores Globais

Tabela 5 Óptica do Rendimento

DESCRIÇÃO	VALORES EM 10 ⁶ MT			ESTRUTURA PERCENTUAL		
	1996	1997	1998*	1996	1997	1998
PRODUTO INTERNO BRUTO	32749324	40554027	46172632	100.0	100.0	100.0

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

VALOR ACRESCENTADO	32803940	40781827	45780448	100.2	100.6	99.2
Remunerações	6127945	7968049	9748231	18.7	19.6	21.1
Ordenados e Salários	6015578	7705815	9448224	18.4	19.0	20.5
Contribuição para Segurança Social	112366	262234	300007	0.3	0.6	0.6
Impostos líquidos	1837916	2493734	2992826	5.6	6.1	6.5
Impostos sobre a produção	1871916	2537904	3041907	5.7	6.3	6.6
- Subsídios	-34000	-44170	-49081	-0.1	-0.1	-0.1
Consumo de Capital Fixo	3023830	3863177		9.2	9.5	
Rendimento misto das famílias	17017206	20295135		52.0	50.0	
Excedente Empresarial	4797043	6161733		14.6	15.2	
Direitos de Importação	684922	812289	937785	2.1	2.0	2.0
Serviços de Interm. Financ. Indiret. Medidos	-739538	-1040089	-545601	-2.3	-2.6	-1.2

Fonte: INE- Direcção de Contas Nacionais e Indicadores Globais

Quadro 6 Valor Acrescentado por Sectores

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALORES 10 ⁶ MT		ESTRUTURA %	
		1996	1997	1996	1997
S.1	Total País	32773217	40781968	100.0	100.0
S.11	Sociedades Não Financeiras	10686127	14236545	32.6	34.9
S.111	Sociedades Não Financeiras Públicas	1429788	1755955	4.4	4.3
S.112	Sociedades Não Financeiras Privadas	8914430	12202321	27.3	30.1
S.1121	Sociedades Não Financeiras Privadas Grandes	69722	75506	0.2	0.2
S.1122	Sociedades Não Financeiras Privadas Resto	8874708	12186815	27.1	29.9
S.113	Sociedades Não Financeiras sob Controle Estrangeiro	311909	218269	1.0	0.5
S.12	Sociedades Financeiras	1217937	1287522	3.7	3.2
S.121	Banco Central	414143	321024	1.3	0.8
S.122	Outras Sociedades de Depósitos	731763	882844	2.2	2.2
S.125	Sociedades de Seguro	72032	83653	0.2	0.2
S.13	Administração Pública	1399442	1715081	4.3	4.2
S.131	Administração Central	1388348	1699974	4.2	4.2
S.134	Fundos de Segurança Social	11094	15107	0.0	0.0
S.14	Famílias	19205875	23268144	58.6	57.1
S.15	Instituições sem fins de lucro ao serviço das famílias	263836	274677	0.8	0.7

Fonte: INE- Direcção de Contas Nacionais e Indicadores Globais